

Jardim do Amanhecer

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

DIEGO BAHIA ALMEIDA DE LIMA

2026

Jardim do Amanhecer

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

DIEGO BAHIA ALMEIDA DE LIMA

GOIÂNIA, 2026.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA POLITÉCNICA E ARTES
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALUNO: DIEGO BAHIA ALMEIDA DE LIMA
ORIENTADOR: ANTÔNIO FERNANDO BANON SIMON
2026

CADERNO TÉCNICO
TCC

DIEGO BAHIA ALMEIDA DE LIMA

Instituto de Educação e Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Me. Antônio Fernando Banon Simon.

GOIÂNIA
2026



Dedicatória

“Dedico este trabalho a todas as crianças que têm um sonho, e a todos que sonham. A educação é a base da sociedade, e cada criança que sonha é uma semente plantada no presente para florescer no futuro. Vocês são os únicos representantes dos seus próprios sonhos na face da Terra. Que esses sonhos brotem, cresçam e deem frutos.”



Agradecimentos

Sou profundamente grato a todos que fizeram parte da minha caminhada acadêmica e profissional, contribuindo de diferentes formas para que este sonho se tornasse possível. Ao longo dessa trajetória, contei com o apoio, o incentivo e a confiança de pessoas que acreditaram no meu potencial e no meu propósito.

A cada pessoa que acreditou no meu sonho, deixo aqui o meu mais sincero agradecimento. Vocês foram parte essencial desta conquista e da construção do caminho que percorri até aqui, seja por meio de palavras de incentivo, apoio nos momentos difíceis ou pela simples presença durante essa jornada.

Que esta realização represente não apenas o cumprimento de um sonho, mas também o início de uma nova etapa, na qual eu possa, por meio da minha profissão, contribuir para transformar ideias em realidade e, assim, ajudar a construir e realizar os sonhos de outras pessoas.



Sumário

RESUMO 10
APRESENTAÇÃO 11
INDRODUÇÃO 12
TEMÁTICA 15
TEMA 18
JUSTIFICATIVA DO TEMA 21
PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS 24
JARDIM DE INFÂNCIA TIMAYUI/GIANCARLO MAZZANTI - ESTUDO DE CASO 1 35
JARDIM DE INFÂNCIA SHANGHAI BLUEBAY/ECADI STUDIO DINGSHUN - ESTUDO DE CASO 2 50
LUGAR-GOIÂNIA, GOIÁS 57
JUSTIFICATIVA DO LUGAR 66
USUÁRIOS 67
PROGRAMA 68
PROPOSTA TEÓRICA 70
PROPOSTA VOLUMÉTRICA 74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 77

Instituto de Educação e Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância

DIEGO BAHIA ALMEIDA DE LIMA 1
ANTÔNIO FERNANDO BANON SIMON 2

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da Educação Infantil de Tempo Integral e do planejamento arquitetônico na promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, considerando os aspectos pedagógicos, sociais e espaciais. A pesquisa fundamenta-se na compreensão da primeira infância como etapa essencial da formação humana, responsável pelo desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor. Conforme orientações da UNESCO, os investimentos na educação infantil contribuem para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento do desenvolvimento humano.
No contexto brasileiro, apesar dos avanços legais e institucionais, ainda persistem desafios relacionados à infraestrutura, à formação profissional e ao acesso, especialmente no atendimento em creches, conforme dados do IBGE. Nesse cenário, destaca-se a relevância da Educação Infantil de Tempo Integral como instrumento de transformação social, ao garantir atendimento contínuo, cuidado, aprendizagem e convivência.
Além disso, o estudo evidencia o papel da arquitetura escolar como elemento pedagógico, capaz de influenciar o comportamento, o bem-estar e a aprendizagem das crianças por meio de ambientes planejados, acessíveis, seguros e estimulantes. A partir dessas reflexões, propõe-se a concepção de um Instituto de Educação Infantil de Tempo Integral, de caráter público, como alternativa para ampliar o acesso, reduzir desigualdades e fortalecer a educação na primeira infância.
Conclui-se que a integração entre educação, arquitetura e políticas públicas é fundamental para a consolidação de uma Educação Infantil de qualidade, capaz de contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente participativos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Tempo Integral. Arquitetura Escolar. Desenvolvimento Infantil. Políticas Públicas.

Abstract

This study aims to analyze the importance of Full-Time Early Childhood Education and architectural planning in promoting the integral development of children aged 0 to 5, considering pedagogical, social, and spatial aspects. The research is based on the understanding of early childhood as an essential stage of human development, responsible for cognitive, emotional, social, and motor growth. According to the guidelines of UNESCO, investments in early childhood education contribute to reducing social inequalities and strengthening human development.
In the Brazilian context, despite legal and institutional advances, significant challenges remain related to infrastructure, professional training, and access, especially in daycare services, as indicated by data from IBGE. In this scenario, Full-Time Early Childhood Education stands out as an instrument of social transformation, ensuring continuous care, learning, and social interaction.
Furthermore, the study highlights the role of school architecture as a pedagogical element capable of influencing children's behavior, well-being, and learning through well-planned, accessible, safe, and stimulating environments. Based on these reflections, the proposal of a public Full-Time Early Childhood Education Institute is presented as an alternative to expand access, reduce inequalities, and strengthen early childhood education.
It is concluded that the integration of education, architecture, and public policies is essential for consolidating quality Early Childhood Education, contributing to the formation of critical, conscious, and socially engaged citizens.

Keywords: Early Childhood Education. Full-Time Education. School Architecture. Child Development. Public Policies.

1 Aluno de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
2 Graduado em Arquitetura e urbanismo pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel, especialista em Planejamento do Uso do Solo pela Universidade Técnica de Berlim e Mestre em Arquitetura pela UFRGS.

Apresentação

O TCC é atividade de formação obrigatória para a conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, com recomendações expressas nas diretrizes curriculares nacionais, e constitui-se como trabalho acadêmico individual de caráter projetual com tema livre, mas obrigatoriamente relacionado às atribuições profissionais do arquiteto, sendo uma atividade anual desenvolvida nos dois últimos semestres letivos do curso, correspondentes a duas etapas nas quais ele se desdobra, TCC 1, penúltimo semestre, TCC 2, último semestre, sendo seu produto final um projeto de Arquitetura, Urbanismo e ou Paisagismo.

Os trabalhos de caráter teórico, histórico e o técnico, que também constituem áreas de atuação do arquiteto urbanista, nesse caso, se fazem presentes por meio das reflexões e decisões projetuais, evidenciando a capacidade do futuro profissional de fundamentar conceitualmente suas proposições. Essa base teórica, denominamos de caderno teórico, que tem como objetivo apresentar levantamentos, diagnósticos e justificativas que irão nortear o trabalho que findará no TCC-1 em um estudo preliminar e no TCC-2 em um anteprojeto.

Para tanto, o TCC1, desenvolvido em três meses, pretende abarcar todas as questões relevantes ao tema. Essas questões iniciam com o assunto introdutório pertinente ao tema, seguido pela temática que é o universo maior que envolve esse tema, que é o assunto em si escolhido e justificado pelo aluno que se transformará em um anteprojeto. Sem menor importância, o lugar onde esse projeto será edificado é levantado e justificado com todas as suas características, incluindo seu entorno imediato e suas ligações com a cidade e região. O programa é representado pelo quadro Síntese e Fluxogramas, que são baseados nas necessidades do tema de seus usuários, bem como dos dois estudos de caso análogos ao tema escolhido. Por fim, surge a proposta teórica com setorização do programa no lote como precursora do estudo preliminar no fim desse primeiro semestre, que se transformará no anteprojeto no semestre seguinte, o TCC2.

Por fim, vale acrescentar que esse caderno é um documento norteador e referencial para o projeto e que pode sofrer modificações durante todo o processo do trabalho de conclusão do curso, sendo um momento privilegiado de aprendizagem, de produção de conhecimento e de avaliação do curso.

Vale lembrar que essa apresentação é um texto comum a todos os alunos que tem como objetivo apresentar o TCC e sua finalidade, servindo de base como instrumento avaliador para as bancas finais.

PROFESSOR JESUS HENRIQUE CHEREGATTI

Introdução

Este trabalho tem o intuito de apresentar a Educação Infantil como etapa fundamental da formação humana, destacando a importância da oferta em tempo integral e do planejamento arquitetônico na promoção do desenvolvimento integral das crianças. Busca-se compreender os princípios pedagógicos e espaciais que orientam esses ambientes, visando à formação de sujeitos críticos e à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

A Educação Infantil no Brasil teve origem em iniciativas assistencialistas, voltadas ao cuidado das crianças das classes populares, sem proposta pedagógica sistematizada. Conforme Kramer (2006), essas ações possuíam caráter compensatório. Ao longo do século XX, consolidou-se a compreensão da infância como fase essencial do desenvolvimento humano. Segundo Oliveira (2011), a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direitos e produtora de cultura.

Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996, a Educação Infantil foi reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, garantindo o direito à educação e ao cuidado. A criação dos CMEIs e a ampliação da jornada escolar, por meio do ensino em tempo integral, representaram avanços na integração dos aspectos pedagógicos, sociais, nutricionais e de saúde.

O desenvolvimento na primeira infância ocorre por meio do brincar, da interação e da afetividade. As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010) e Vygotsky (1998) destacam a importância das relações sociais e do ambiente no processo de aprendizagem.

Nesse contexto, a arquitetura escolar assume papel fundamental, pois o espaço físico influencia o comportamento, a percepção e o desenvolvimento infantil. Para Elali (2003), o ambiente constitui um elemento pedagógico capaz de estimular a autonomia, a criatividade e o bem-estar, especialmente quando planejado com iluminação natural, ventilação adequada, mobiliário adaptado e áreas verdes.

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios relacionados à infraestrutura, à formação profissional, às desigualdades regionais e ao financiamento. Dessa forma, torna-se necessária a ampliação de investimentos em políticas públicas e no planejamento arquitetônico, visando à consolidação de uma Educação Infantil de qualidade e ao desenvolvimento integral das crianças.



Temática

EDUCAÇÃO.

A Educação Infantil de Tempo Integral configura-se como um processo contínuo, essencial e estratégico para o desenvolvimento humano, representando o esforço da sociedade em garantir uma formação integral às crianças nos primeiros anos de vida. Essa etapa é responsável por estruturar as bases cognitivas, emocionais, sociais e motoras que influenciarão toda a trajetória educacional e social do indivíduo. Nesse sentido, a educação de qualidade na primeira infância contribui diretamente para a redução das desigualdades, para o fortalecimento da cidadania e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Segundo o Centro de Estudos em Educação e Desenvolvimento Infantil (CEEDI) (2019), "por meio dos seus métodos e instrumentos, a educação nos permite compreender o mundo ao redor e enxergar além do que o olhar imediato alcança", evidenciando o papel formativo e transformador da educação desde os primeiros anos.

Nesse contexto, a Educação Infantil de Tempo Integral destaca-se como instrumento fundamental de transformação social, ao assegurar o direito à educação e ao cuidado de forma ampliada, possibilitando maior tempo de convivência, aprendizagem, socialização e desenvolvimento de habilidades. De acordo com Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (2011), a criança deve ser compreendida como sujeito ativo no processo de aprendizagem, construindo conhecimentos por meio das interações sociais, das brincadeiras e das experiências vivenciadas no ambiente escolar. Complementarmente, Lev Vygotsky (1998) ressalta que o desenvolvimento ocorre a partir das relações sociais, sendo o meio um fator determinante para a formação intelectual e emocional da criança. Dessa forma, a proposta do tempo integral amplia as possibilidades pedagógicas, favorecendo práticas educativas mais significativas e integradoras.

Paralelamente, a arquitetura escolar assume papel essencial nesse processo, atuando como mediadora entre o espaço físico e o aprendizado. Ambientes bem planejados, com iluminação natural, ventilação adequada, mobiliário adaptado, áreas externas e espaços lúdicos, contribuem para o conforto, a segurança e o bem-estar infantil. O espaço, nesse sentido, deixa de ser apenas um local de permanência e passa a atuar como elemento pedagógico, estimulando a autonomia, a criatividade, a socialização e o desenvolvimento integral. Assim, a integração entre educação e arquitetura torna-se indispensável para a construção de ambientes acolhedores, inclusivos e estimulantes, capazes de potencializar as práticas pedagógicas.

Entretanto, apesar de sua relevância, a Educação Infantil no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais, sociais e institucionais. Conforme Pinho (2012), o país ocupava a 88ª posição no ranking educacional da UNESCO, evidenciando limitações no alcance das metas estabelecidas na Conferência Mundial de Educação de Dacar, em 2000, que incluíam a ampliação da educação infantil, a universalização do ensino básico e o combate às desigualdades sociais. Esses dados demonstram que, embora existam avanços legais e institucionais, ainda persistem entraves relacionados ao financiamento, à infraestrutura e à gestão educacional.

No que se refere especificamente ao atendimento em creches, os dados do IBGE revelam um cenário preocupante. Em 2019, apenas 35,6% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam instituições de educação infantil. Entre 2020 e 2021, esse percentual foi reduzido em razão dos impactos da pandemia da COVID-19, atingindo 33,9% em 2022. Em 2024, observou-se uma leve recuperação para 39,8%, ainda inferior à meta de 50% estabelecida pelo Plano Nacional de Educacao. Considerando uma população estimada de 11,2 milhões de crianças nessa faixa etária, aproximadamente 6,7 milhões permaneciam fora da escola ou creche, evidenciando um déficit expressivo no atendimento.

Além disso, estudos desenvolvidos por James Heckman (2011) demonstram que os investimentos na primeira infância geram retornos sociais, econômicos e educacionais a longo prazo, refletindo em melhores níveis de escolaridade, maior inserção no mercado de trabalho e redução da vulnerabilidade social. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas consistentes, capazes de articular educação, assistência social, saúde e planejamento urbano, visando à promoção do desenvolvimento integral desde os primeiros anos de vida.

Dessa forma, compreende-se que o fortalecimento da Educação Infantil de Tempo Integral, aliado ao planejamento arquitetônico adequado, à valorização dos profissionais da educação e à ampliação das políticas públicas, constitui um instrumento essencial para a promoção da inclusão social, da equidade e da cidadania. Investir nessa etapa significa investir na formação de indivíduos críticos, autônomos e conscientes, capazes de contribuir para o desenvolvimento coletivo. Assim, a integração entre educação, arquitetura e políticas sociais consolida-se como base para a construção de uma sociedade mais justa, humana, democrática e comprometida com o futuro das novas gerações.



Tema

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA.

A infraestrutura dos espaços educacionais constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento humano, especialmente na primeira infância, fase em que se estruturam aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Nesse sentido, Silvio Colin (2012) destaca que os edifícios devem ser projetados para atender às atividades humanas, oferecendo conforto, funcionalidade, iluminação e ventilação adequadas, além de espaços flexíveis capazes de acompanhar as transformações da sociedade. No contexto escolar, essas condições tornam-se ainda mais relevantes, pois influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, o bem-estar e a permanência das crianças no ambiente educativo.

Diante dessa perspectiva, o presente trabalho propõe a criação de um Instituto de Educação Infantil de Tempo Integral, de caráter público, voltado ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos, no município de Goiânia. A proposta fundamenta-se na compreensão da primeira infância como etapa decisiva da formação humana, contemplando o desenvolvimento integral por meio da integração entre educação, cuidado e suporte social. O projeto busca, assim, ultrapassar a função tradicional da escola, configurando-se como um espaço de acolhimento, formação e crescimento, capaz de promover experiências educativas significativas.

A iniciativa justifica-se, principalmente, pela insuficiência de vagas em creches e Centros Municipais de Educação Infantil, realidade que compromete o acesso à educação e impacta diretamente a rotina das famílias. Além disso, observa-se a carência de ambientes seguros, inclusivos e estimulantes, que favoreçam o desenvolvimento saudável das crianças e reforcem a confiança da comunidade escolar. Nesse cenário, torna-se imprescindível a criação de espaços planejados, que valorizem a infância e contribuam para a redução das desigualdades sociais.

Inserido no contexto das deficiências estruturais da educação infantil brasileira, o projeto apresenta-se como uma alternativa para ampliar o acesso, qualificar o atendimento e promover a equidade social desde os primeiros anos de vida. A arquitetura, nesse processo, assume papel estratégico, sendo concebida como aliada da educação, capaz de influenciar positivamente o comportamento, a aprendizagem, a socialização e a autonomia das crianças, por meio de ambientes funcionais, confortáveis e humanizados.

Dessa forma, o Instituto proposto pretende contribuir para o fortalecimento da educação pública em Goiânia, reafirmando o papel transformador da escola na sociedade. Conforme ressalta Paulo Freire (1996), embora a educação, isoladamente, não seja capaz de transformar a sociedade, ela é indispensável para qualquer processo de mudança social. Assim, ao articular educação, arquitetura e inclusão, este trabalho busca colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com o desenvolvimento integral das novas gerações.



Justificativa do Tema

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA.

A educação infantil, especialmente durante a primeira infância, é um período formativo essencial que define as potencialidades e o desenvolvimento futuro das crianças. Essa etapa inicial da vida é determinante para o fortalecimento das capacidades cognitivas, sociais e emocionais, sendo, portanto, fundamental que as crianças tenham acesso a espaços educativos de qualidade e a políticas públicas eficientes.

No entanto, o cenário atual da educação pública brasileira ainda revela uma série de deficiências educacionais e sociais, marcadas pela falta de recursos e investimentos adequados. Essa carência estrutural resulta na falta de vagas em creches e CMEIs, além da ausência de equipamentos urbanos apropriados para o desenvolvimento integral infantil.

A escassez de infraestrutura e oportunidades acarreta impactos diretos no desenvolvimento intelectual das crianças, refletindo-se em atrasos na aprendizagem, na socialização e na ampliação do repertório cultural e de vida. Como consequência, reforçam-se as desigualdades sociais, uma vez que o acesso à educação de qualidade é um dos principais fatores que garantem mobilidade e inclusão social.

Por fim, destaca-se a importância de combater a privatização da educação, que tende a reduzir a autonomia da escola pública e enfraquecer o envolvimento da comunidade escolar. A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade é, portanto, essencial para assegurar que todas as crianças tenham igualdade de oportunidades e possam desenvolver plenamente suas potencialidades.



Importância da primeira infância para criança	Período formativo que define potencialidades e impotencialidades futuras
Deficiência educacional e social	Desvio de recursos na área da educação pública.
Falta de acesso e espaços adequados	Falta de vagas e equipamentos urbanos de boa qualidade.
Impactos no desenvolvimento intelectual	Atraso educacional e escassez de repertório de vida.
Desigualdade social	Limitação à mobilidade social.
Combate a privatização educacional	Reduz a autonomia e o envolvimento da comunidade escolar.



Pesquisa e Levantamento de Dados

HISTÓRICO, O PAPEL DAS CRECHES NO CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL,
IMPACTOS DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA, LINHAS PEDAGÓGICAS,
LEVANTAMENTO DE DADOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Histórico da Educação Infantil

NO BRASIL E NO MUNDO

A seguir será apresentada a contextualização histórica da Educação Infantil e do surgimento das creches, com o objetivo de evidenciar os principais marcos que contribuíram para a consolidação dessas instituições no cenário mundial e brasileiro. A trajetória das creches está diretamente relacionada às transformações sociais ocorridas a partir do século XIX, especialmente no contexto da Revolução Industrial, período marcado pelo crescimento das cidades e pela intensificação do trabalho feminino nas fábricas. Diante dessa realidade, surgiram na Europa as primeiras instituições voltadas ao cuidado coletivo de crianças pequenas. Na França, em meados de 1844, foram criadas as primeiras crèches, destinadas ao atendimento dos filhos de trabalhadores, com caráter predominantemente assistencial, priorizando aspectos como alimentação, higiene e proteção, sem a presença de uma proposta pedagógica estruturada (KUHLMANN JR., 2000).

Paralelamente ao surgimento dessas instituições, importantes contribuições pedagógicas passaram a influenciar a concepção de infância e de educação. Destacam-se as ideias de Friedrich Fröbel, criador do conceito de Kindergarten no século XIX, que defendia o brincar como elemento fundamental para o desenvolvimento infantil, e de Maria Montessori, que, no início do século XX, propôs métodos educativos baseados na autonomia, na experimentação e na participação ativa da criança no processo de aprendizagem (MONTESSORI, 1965).

No Brasil, as primeiras creches surgiram no final do século XIX e início do século XX, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, inspiradas nos modelos europeus e vinculadas, em sua maioria, a instituições filantrópicas, religiosas e assistenciais. Nesse período, essas instituições tinham como principal função acolher os filhos de famílias trabalhadoras, especialmente das camadas populares, priorizando o cuidado e a proteção social, sem integração ao sistema educacional formal (KRAMER, 2006).

Durante grande parte do século XX, especialmente entre as décadas de 1930 e 1970, as creches permaneceram vinculadas às políticas de assistência social e saúde pública, sendo frequentemente compreendidas como espaços destinados apenas à guarda das crianças enquanto suas mães trabalhavam. Nesse contexto, predominavam estruturas físicas precárias, ausência de propostas pedagógicas consistentes e escassez de profissionais especializados, reforçando o caráter assistencial dessas instituições (OLIVEIRA, 2011).

A partir da segunda metade do século XX, a valorização da infância passou a ganhar maior destaque no cenário internacional, impulsionada pela atuação de organismos como a UNESCO e o UNICEF, que passaram a defender a educação infantil como direito fundamental e etapa essencial do desenvolvimento humano. No Brasil, esse movimento resultou em importantes avanços legais, especialmente com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação infantil como direito da criança e dever do Estado. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou esse avanço ao integrar a creche e a pré-escola à Educação Básica (BRASIL, 1996).

A partir dos anos 2000, observa-se a ampliação das políticas públicas voltadas à primeira infância, com a criação dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o fortalecimento das propostas de Educação Infantil em Tempo Integral. Nesse contexto, a creche passou a ser compreendida como espaço educativo fundamental, responsável por promover o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor das crianças, valorizando o brincar, as interações e as experiências vivenciadas no ambiente escolar (BRASIL, 2010).

Apesar dos avanços conquistados ao longo das últimas décadas, a educação infantil no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como a insuficiência de vagas, as desigualdades regionais, as limitações estruturais e a necessidade de constante formação dos profissionais da área. Dados do IBGE indicam que menos de 40% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creches no país, evidenciando a persistência de dificuldades no acesso e na universalização do atendimento.



Linha do Tempo

HISTÓRIA DAS CRECHES NO BRASIL E NO MUNDO

Século XIX

1800–1899



Grandes transformações sociais ocorridas no século XIX, especialmente durante a Revolução Industrial, período marcado pela intensificação do trabalho feminino nas fábricas e pelo crescimento dos centros urbanos.

1837



Alemanha

Friedrich Fröbel cria o Kindergarten, valorizando o brincar como forma de aprendizagem.

Brincar é aprender

1844



França

Filantropo Jean-Baptiste Firmin Marbeau cria as primeiras creches, voltadas aos filhos de operários durante a Revolução Industrial.

Assistência social
Higiene e alimentação
Sem proposta pedagógica

Século XX
1900–1930

Virada do século



1907



Itália

Maria Montessori inaugura a primeira Casa dei Bambini, defendendo a autonomia infantil.

Início da valorização pedagógica da infância

Final Século XIX (1890–1930)

1899



Brasil - Rio de Janeiro

Criação das primeiras creches filantrópicas no Brasil. Ligadas à Igreja e instituições de caridade.
A primeira creche do Rio de Janeiro e do Brasil foi inaugurada em 13 de novembro de 1899, ligada à Fábrica de Tecidos Corcovado.

Atendimento a famílias pobres
Foco em cuidado
Sem vínculo educacional

Outro marco inicial foi a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, fundado no Rio pelo médico Artur Moncorvo Filho no mesmo ano.



1930–1970

Período Assistencialista no Brasil

Creches vinculadas à assistência social e saúde.
Vista como "depósito de crianças".

Estrutura precária
Pouca formação profissional
Função apenas social

1945

Pós Segunda Guerra

Criação da UNESCO

Apoiar os países no cumprimento das metas de Educação para todos.
Promover acesso e qualidade em todos os níveis de ensino.
Incentivar a educação de jovens e adultos.

1946

Criação do UNICEF

Defesa da infância como direito humano.

1980



Brasil - Reconhecimento dos Direitos

Movimentos sociais defendem a criança como sujeito de direitos.

1988



Brasil - Constituição Federal

Educação Infantil torna-se direito garantido.

Marco histórico no Brasil.

1996



Brasil - LDB nº 9.394

Creche passa a integrar a Educação Básica e Entra oficialmente no sistema educacional.

Currículo
Formação docente
Planejamento pedagógico

2000



Brasil - Expanção dos CMEIs

Criação dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Educação
Saúde
Alimentação
Assistência social

2010



Brasil - Educação Integral e Qualidade

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

2014

PNE

Plano Nacional de Educação

Brasil - Plano Nacional de Educação - PNE

ampliar vagas e qualidade.

Educação
Saúde
Alimentação
Assistência social

Pandemia 2020 - 2022

2020



Brasil - Pandemia e Retrocessos

Pandemia da COVID-19 fecha creches.

Queda no acesso e aprendizagem.
2022 - Retomada gradual.

2023 - 2025



Brasil - Cenário Atual

Segundo o IBGE, menos de 40% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creche.

Falta de vagas
Infraestrutura
Formação
Desigualdade regional

Papel das Creches

NO CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL

As creches desempenham um importante papel socioeducacional na formação das crianças durante a primeira infância, sendo reconhecidas não apenas como espaços de cuidado, mas também como ambientes fundamentais para o desenvolvimento integral infantil. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, as creches vão além do assistencialismo, proporcionando experiências que estimulam o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças. Segundo Lev Vygotsky, o aprendizado ocorre por meio das interações sociais, tornando o convívio coletivo essencial para a construção do conhecimento e da autonomia.

Além disso, as ideias de Paulo Freire reforçam a importância da educação como prática transformadora, capaz de contribuir para a formação humana e cidadã desde os primeiros anos de vida. Da mesma forma, Henri Wallon destaca que o desenvolvimento infantil ocorre por meio da integração entre afetividade, movimento e inteligência, evidenciando a relevância das atividades lúdicas e pedagógicas realizadas nas creches.

Ademais, essas instituições possuem grande relevância social ao oferecer cuidado, proteção, alimentação e segurança às crianças, além de auxiliar as famílias, especialmente os responsáveis inseridos no mercado de trabalho. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, educar significa integrar cuidado, brincadeiras e aprendizagem (BRASIL, 1998), demonstrando que a creche é um espaço indispensável para o desenvolvimento humano, social e educacional infantil.



Funções socioeducacionais das creches

- Promover o desenvolvimento integral da criança por meio de atividades lúdicas, pedagógicas e interativas que estimulam a linguagem, a coordenação motora, a criatividade e o raciocínio.
- Favorecer a socialização, permitindo que as crianças aprendam a conviver em grupo, compartilhar, respeitar diferenças e desenvolver vínculos afetivos fora do ambiente familiar.
- Garantir cuidado e proteção, oferecendo alimentação, higiene, segurança e acompanhamento adequado durante a primeira infância.
- Complementar a educação familiar, atuando em parceria com os responsáveis na formação de valores, hábitos e atitudes importantes para a vida em sociedade.
- Contribuir para a inclusão social, assegurando o acesso à educação infantil para crianças de diferentes contextos sociais, culturais e econômicos.
- Auxiliar as famílias trabalhadoras, especialmente no apoio à permanência dos pais e responsáveis no mercado de trabalho, oferecendo um espaço seguro e educativo para as crianças.
- Estimular a autonomia e a identidade da criança, incentivando descobertas, escolhas, expressão de sentimentos e desenvolvimento da autoestima.

Impactos da Educação

DURANTE A PRIMEIRA INFÂNCIA



Linhas pedagógicas

E SUAS FORMAS DE APRENDIZAGEM

Construtivismo – Baseado nas ideias de Jean Piaget, entende que a criança constrói o conhecimento por meio das experiências, descobertas e interações com o meio. Valoriza atividades práticas, exploração e autonomia.

Sociointeracionismo – Desenvolvido por Lev Vygotsky, enfatiza a aprendizagem por meio das relações sociais, da interação com outras crianças e da mediação do professor.

Método Montessori – Criado por Maria Montessori, incentiva a autonomia, a liberdade com responsabilidade e o aprendizado por meio de materiais sensoriais e atividades práticas.

Pedagogia Freiriana – Desenvolvida por Paulo Freire, essa metodologia valoriza o diálogo, a escuta e a participação ativa da criança no processo de aprendizagem.

Pedagogia Waldorf – Desenvolvida por Rudolf Steiner, prioriza o desenvolvimento emocional, artístico, motor e imaginativo da criança, utilizando brincadeiras, música, arte e contato com a natureza.

Educação Lúdica – Baseia-se na aprendizagem por meio do brincar, reconhecendo a brincadeira como essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

Construtivismo



Pedagogia Freiriana



Sociointeracionismo



Pedagogia Freiriana



Método Montessori



Pedagogia Freiriana





Dados da educação pública

NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL

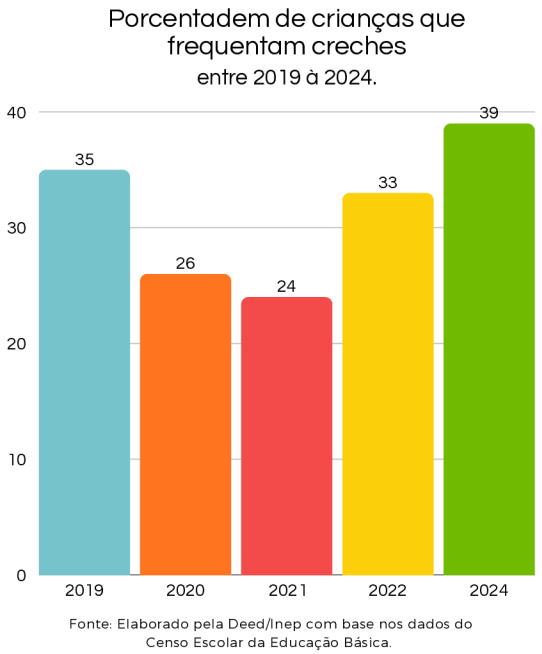
CLASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

Conforme Pinho (2012), o Brasil ocupa a 88ª posição no ranking da educação da UNESCO, entre 127 países avaliados. Esse resultado coloca o país em um patamar considerado mediano na área educacional e atrás de vizinhos sul-americanos como Argentina, Chile, Equador e Bolívia.

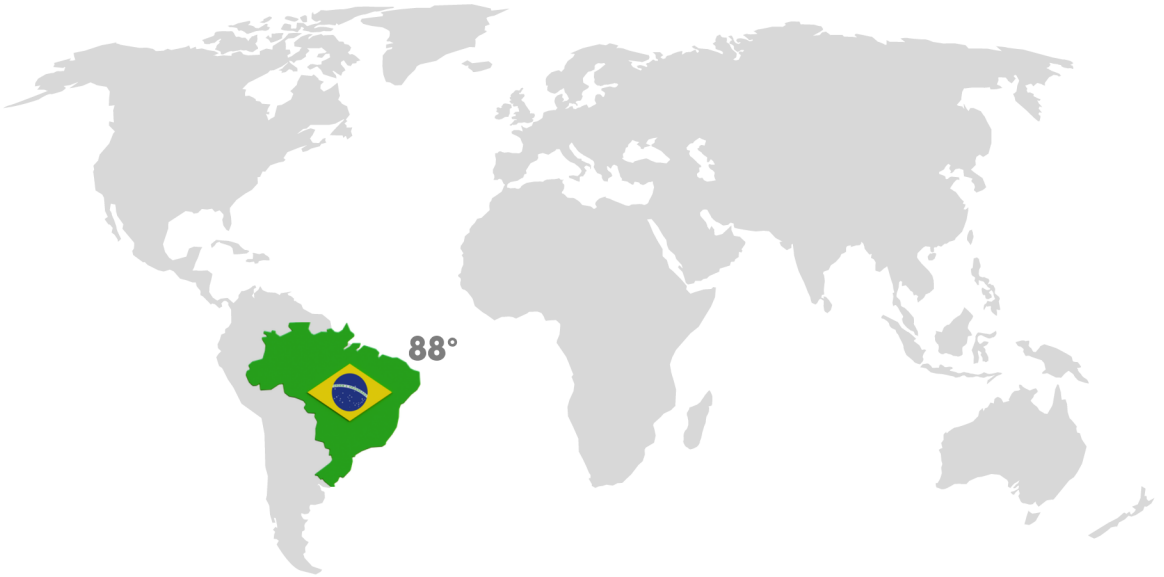
A classificação baseia-se em um índice criado em 2000, durante a Conferência Mundial de Educação de Dacar, que estabeleceu metas globais a serem alcançadas até 2015.

Entre os principais objetivos estão: a ampliação da educação infantil, a universalização do ensino primário e o combate à desigualdade social.

No que se refere à educação infantil em creches (0 a 3 anos), no Brasil, o cenário é ainda mais desafiador. Dados do IBGE apontam que, em 2019 apenas 35,6% das crianças nessa faixa etária frequentavam creche ou escola de educação infantil. Entre os anos de 2020 e 2021, essa porcentagem diminuiu drasticamente devido ao momento delicado no cenário mundial, pelos impactos da COVID 19 e a paralisação dos equipamentos de educação. Em 2022, apenas 33,9% o índice reduziu devido aos impactos da pandemia. Em 2024, esse índice subiu levemente para 39,8%, mas ainda permanecia inferior a 40%, revelando um déficit expressivo no atendimento. As matrículas de crianças de 0 a 3 anos continuaram a crescer, mas ficaram longe da meta de 50% estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024. Considerando uma população estimada de 11,2 milhões de crianças de 0 a 3 anos, aproximadamente 6,7 milhões (60,2%) ainda estavam fora da escola ou creche nesse período.



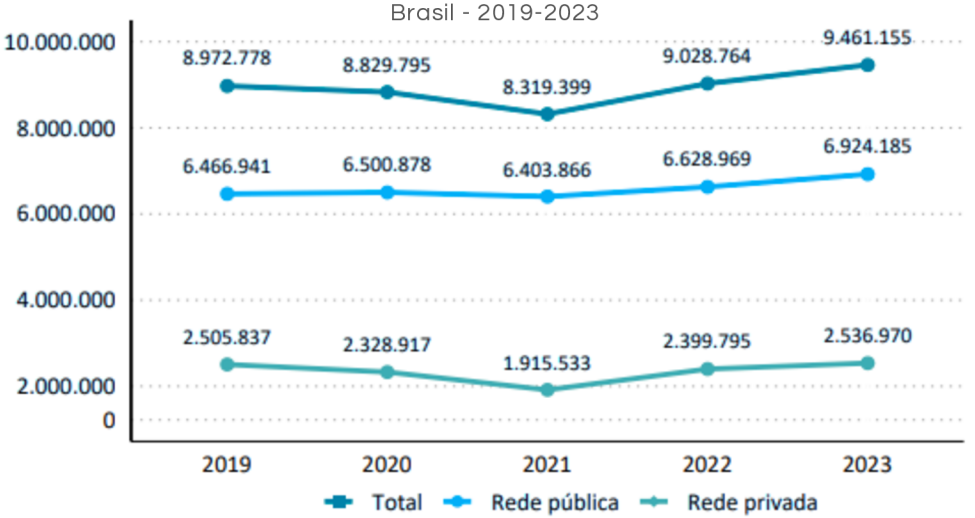
Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.



NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Percebe-se no Gráfico um movimento de queda da matrícula da educação infantil entre 2019 e 2021 - que ocorreu principalmente na rede privada - e de posterior recuperação nos dois anos seguintes, com crescimento de 4,8% no último ano. Esse crescimento teve contribuição da rede privada com 5,7% no último ano (altas de 3,6% na creche e de 8,3% na pré-escola), enquanto a rede pública apresentou aumento de 4,5% (altas de 5,3% na creche e de 3,9% na pré-escola).

Evolução do número de matrículas na educação infantil, segundo a rede de ensino - Brasil - 2019-2023



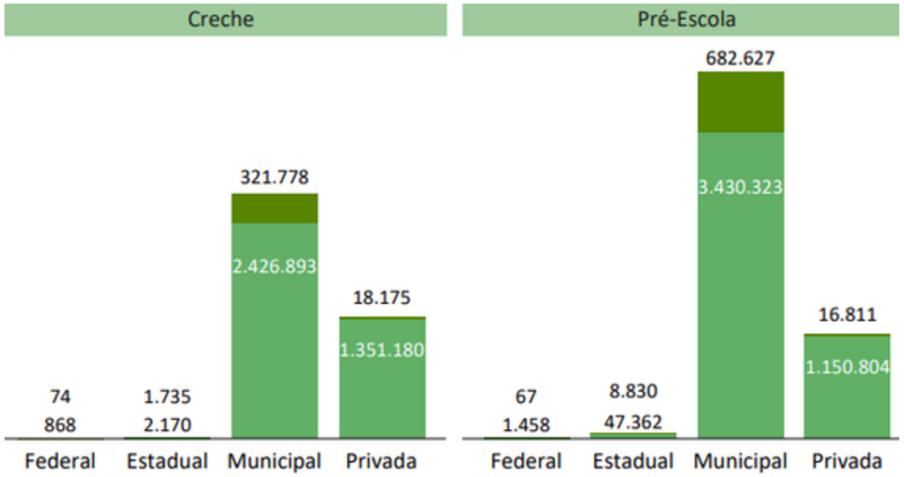
Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DAS CRECHES

Em relação à localização, observa-se que 11,1% das matrículas da Educação Infantil estão em escolas da zona rural, sendo 96,7% delas atendidas pela rede pública (INEP, 2023). Nota-se também uma diferença entre as etapas: 13,3% das matrículas da pré-escola estão em áreas rurais, enquanto nas creches esse número cai para 8,3%, revelando desigualdade no acesso para crianças de 0 a 3 anos.

Essa disparidade reflete desafios como a falta de infraestrutura, escassez de profissionais e grandes distâncias entre as comunidades, fatores que dificultam a implantação de creches no meio rural. Assim, torna-se essencial fortalecer políticas públicas que garantam acesso equitativo à Educação Infantil, promovendo inclusão e reduzindo desigualdades regionais.

Número de matrículas na creche e na pré-escola, segundo a dependência administrativa e a localização da creche - Brasil - 2023

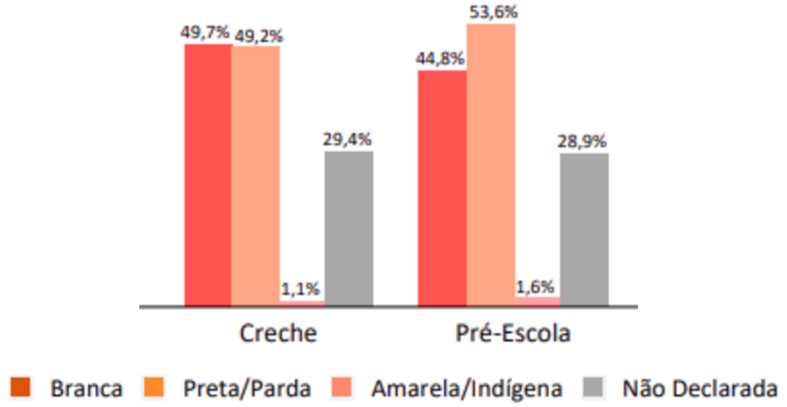


Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

COR/ RAÇA

Em 2023, a única etapa em que se verifica uma maior proporção da cor/raça branca foi a creche (49,7%), onde o acesso ainda não é universalizado. Constata-se que a mudança no perfil dos alunos se inicia na pré-escola, mas se consolida no ensino fundamental, etapa que possui acesso praticamente universalizado, indicando acesso desigual por cor/raça na creche. A ausência da informação de cor/raça em nível nacional é de 25,5% considerando todas as etapas da educação básica.

Percentual de matrículas, por cor/raça em creches e pré-escolas - Brasil - 2023.



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

RELAÇÃO DO ESTADO E EDUCAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO

A Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394/1996) garantem que a educação é um direito de todos e dever do Estado, devendo ser pública, gratuita e de qualidade. No entanto, políticas recentes e propostas de lei têm buscado privatizar ou terceirizar a gestão escolar, como o projeto "Parceiro da Escola", no Paraná, o que levanta preocupações quanto à desresponsabilização do poder público e à mercantilização da educação. Esse processo tende a ampliar as desigualdades sociais, afetando principalmente crianças de baixa renda, além de comprometer a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação. Preservar a gestão pública e o financiamento estatal é essencial para garantir que a escola permaneça como espaço de inclusão, cidadania e desenvolvimento integral, conforme assegura a legislação brasileira.

Impactos da iniciativa de privatização da educação

- Reduz o dever do Estado em garantir educação pública e gratuita.
- Aumenta as desigualdades sociais e regionais.
- Favorece a lógica do lucro em vez do aprendizado.
- Pode precarizar o trabalho dos professores.
- Diminui o controle público e a transparência na gestão escolar.
- Compromete a qualidade pedagógica por metas e custos.
- Enfraquece o caráter inclusivo e social da escola pública.
- Pode restringir o acesso de crianças em situação de vulnerabilidade.
- Desvia recursos públicos para empresas privadas.
- Reduz a autonomia e o envolvimento da comunidade escolar.





Jardim de Infância Timayui

ESTUDO DE CASO 1

Jardim de Infância Timayui

ESTUDO DE CASO 1



SOBRE A OBRA

O Jardim de Infância Timayui, projetado pelo arquiteto colombiano Giancarlo Mazzanti em 2011, localiza-se em Santa Marta, na Colômbia, e ocupa uma área de aproximadamente 1.500 m². Esse projeto foi concebido no âmbito de uma ação conjunta entre o município de Santa Marta, a Fundação Carulla e o Instituto de Bienestar Familiar, integrando políticas públicas e iniciativas privadas voltadas ao fortalecimento da educação e da nutrição infantil em comunidades periféricas. Tais comunidades são caracterizadas por contextos de vulnerabilidade social, violência e escassez de infraestrutura adequada, especialmente para crianças na faixa etária de zero a cinco anos.

FICHA TÉCNICA

Local
Santa Marta, Colombia.

Tipo de projeto
Educacional

Área
1.500 m²

Estrutura
Paredes estruturais e Concreto.



Ano: 2011.
Status:Construído

A concepção do projeto se fundamenta em um sistema modular aberto e adaptativo, composto por unidades repetitivas capazes de se articular de diferentes maneiras e de responder a variadas condições urbanas, topográficas e sociais. Esse princípio projetual confere flexibilidade e potencial de replicabilidade, permitindo que o modelo seja implantado em múltiplos contextos dentro da cidade, do estado e do país. Além disso, a estratégia modular vai além da eficiência construtiva: ela busca favorecer a criação de espaços dinâmicos e interativos que estimulem experiências de aprendizagem coletivas e individuais.

A organização espacial proposta por Mazzanti valoriza a integração entre ambientes internos e externos, rompendo com a rigidez tradicional da arquitetura escolar. O projeto promove a coexistência de diferentes situações de ensino – desde atividades em salas de aula até encontros em áreas cobertas, pátios abertos e jardins, possibilitando a vivência de múltiplas formas de aprendizado. Nesse sentido, o contato direto com o ambiente natural adquire papel central, incorporando o plantio e o cuidado com espécies endêmicas como parte do processo educativo. Assim, o edifício transcende a função de simples equipamento escolar, constituindo-se como um espaço de convivência, formação cidadã e fortalecimento comunitário.



Arquiteto
Giancarlo Mazzanti



LUGAR

O Jardim de Infância Timayui está localizado no bairro de mesmo nome, situado na periferia de Santa Marta, nas margens do rio Manzanares. Essa área caracteriza-se por ser um assentamento informal, formado principalmente por comunidades deslocadas pela violência rural, que vivem em condições de vulnerabilidade social e marcadas pela ausência de infraestrutura urbana básica.

É nesse cenário que o projeto arquitetônico de Giancarlo Mazzanti adquire relevância, configurando-se não apenas como um espaço educacional, mas também como um símbolo de presença estatal e social, oferecendo centralidade e referência para a comunidade.

A cidade de Santa Marta, por sua vez, revela fortes contrastes: ao mesmo tempo em que preserva um valioso centro histórico colonial e atrai o turismo por suas praias caribenhas, apresenta periferias como Timayui, formadas por fluxos migratórios forçados e pela carência de serviços essenciais. Inserido nesse território-limite, o Jardim de Infância Timayui transcende a função escolar, atendendo às necessidades educacionais e nutricionais das crianças em situação de vulnerabilidade e consolidando-se como um agente de transformação urbana, social e simbólica. Ao dialogar com a periferia, a natureza e a própria comunidade, a arquitetura reafirma o papel da escola como espaço de formação, pertencimento e esperança coletiva.



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESC- 1:25

ASCENTAMENTO TOPOGRÁFICO

Mazzanti desenvolveu o Jardim de Infância Timayui a partir de um sistema modular aberto e adaptativo, capaz de se expandir e reorganizar conforme diferentes necessidades. Essa lógica projetual permitiu que o edifício se integrasse à topografia irregular da periferia de Santa Marta, assentando-se de forma a acompanhar os desníveis do terreno e evitando grandes alterações no solo. Assim, a arquitetura dialoga com o relevo existente, resultando em um espaço flexível, resiliente e em harmonia com o contexto urbano e natural.

ENTORNO

O bairro Timayui, na periferia de Santa Marta, é predominantemente residencial, marcado por casas autoconstruídas de tijolos cerâmicos expostos e telhas de fibrocimento, refletindo sua condição de assentamento de baixa renda. As ruas, em grande parte estreitas e pouco estruturadas, revelam a carência de infraestrutura urbana básica. Nesse cenário, a paisagem natural da região — composta pelo relevo irregular, a vegetação nativa e a proximidade do rio Manzanares — se mistura à malha urbana informal, criando um contraste entre o ambiente construído precário e os elementos ambientais que ainda resistem. O Jardim de Infância Timayui destaca-se nesse contexto como um marco comunitário, equilibrando-se entre o tecido residencial simples e a natureza presente no entorno.



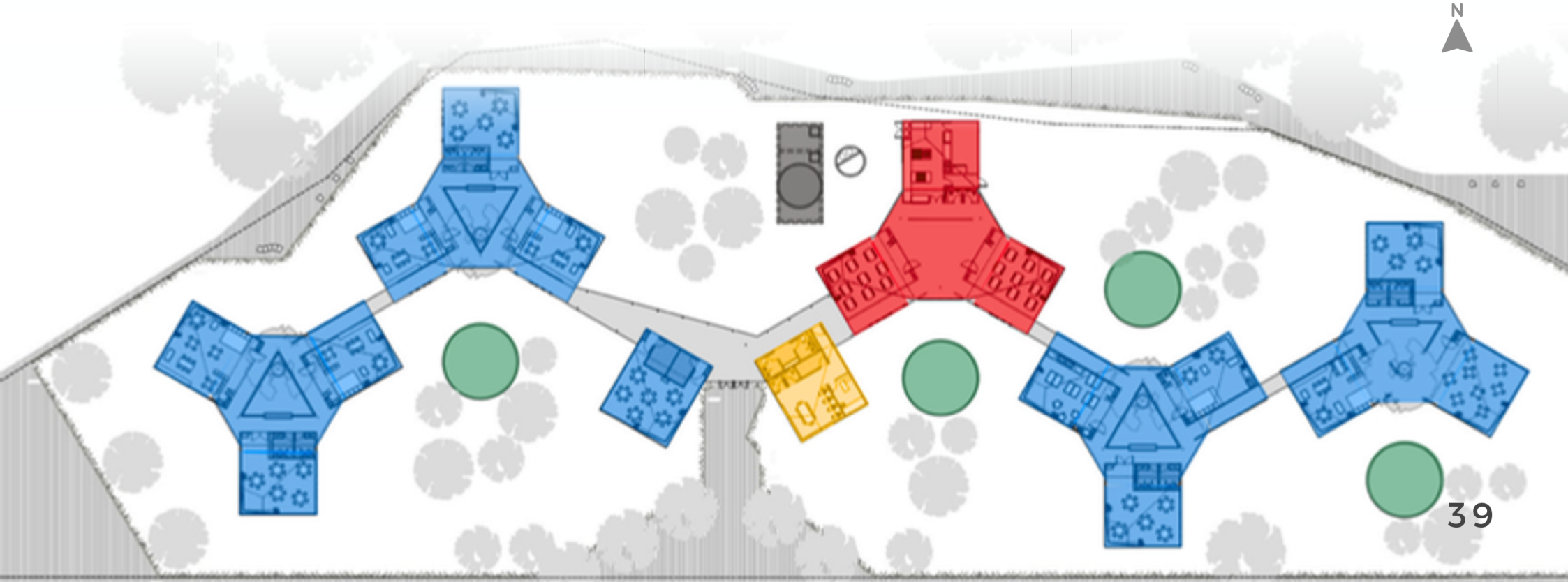


SETORIZAÇÃO

A setorização do Jardim de Infância Timayui, projetado por Giancarlo Mazzanti, foi pensada de forma a integrar diferentes núcleos funcionais, garantindo tanto o funcionamento institucional quanto a qualidade do processo pedagógico e comunitário. Esses setores, embora distintos, estão interligados entre si e com a natureza, reforçando o caráter lúdico, educativo e coletivo do projeto.



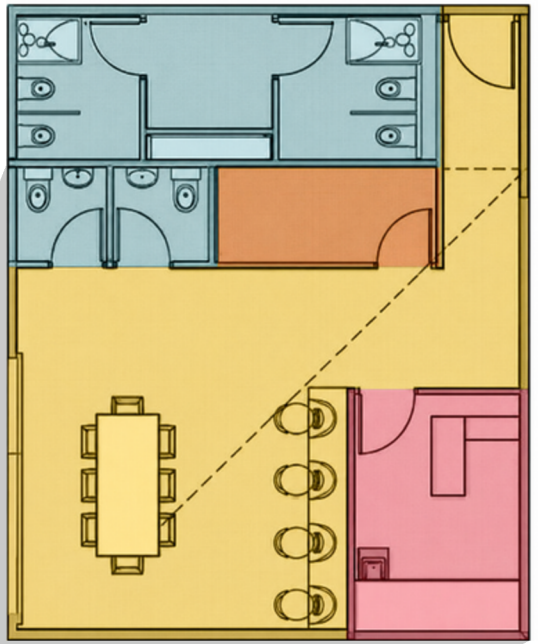
PORCENTAGEM DE ÁREA DE CADA SETOR



SETOR ADMINISTRATIVO

O setor administrativo, localizado próximo ao acesso principal da creche, garante contato direto dos pais/responsáveis com os administradores sem a necessidade de circulação pelos demais setores, reforçando a praticidade e a segurança da instituição. Ele reúne os espaços destinados à gestão e ao suporte da escola, como secretaria, coordenação, banheiros de funcionários, depósito de pequeno porte, DML (Depósito de Material de Limpeza) e sanitário voltado para pais e visitantes. Esse núcleo assegura o funcionamento organizacional e o acolhimento das famílias, funcionando como ponto de apoio tanto para a equipe escolar quanto para a comunidade.

PROGRAMA		
SETOR ADMINISTRATIVO	AMBIENTES	ÁREAS
	SECRETARIA	7,0M²
	COORDENAÇÃO	10M²
	SANITÁRIOS	5M²
	SANITÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS	4,5M²
	DEPÓSITO	7,5M²
TOTAL		97M²



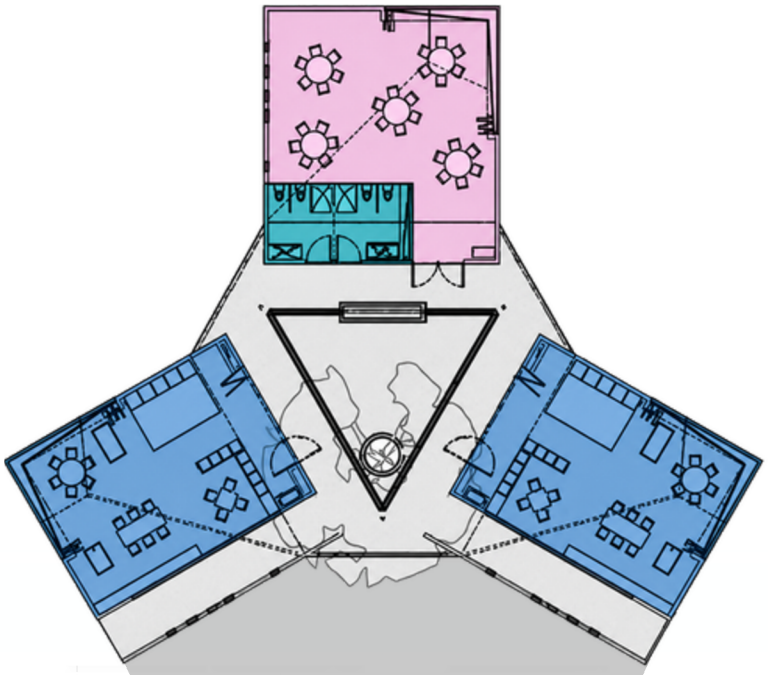
PLANTA DO SETOR ADMINISTRATIVO



SETOR PEDAGÓGICO

O setor pedagógico é o núcleo central do projeto, estruturado em módulos independentes que favorecem o aprendizado ativo e a interação social. Duas salas de aula foram projetadas para até 15 crianças cada, com mobiliário coletivo e armários individuais que estimulam tanto o trabalho em grupo quanto a autonomia. Além disso, um módulo é destinado ao ateliê pedagógico, espaço flexível para atividades criativas e recreativas, com capacidade para até 30 crianças. Integrado a essa área, há um ambiente de descanso, fundamental para o equilíbrio da rotina infantil, e sanitários acessíveis organizados por gênero, que incentivam a autonomia das crianças.

PROGRAMA		
SETOR PEDAGÓGICO	AMBIENTES	ÁREAS
	SALAS DE AULA	30M²
	ATELIÊ	30M²
	SANITÁRIOS	5M²
	SANITÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS	4,5M²
TOTAL		99,5M²



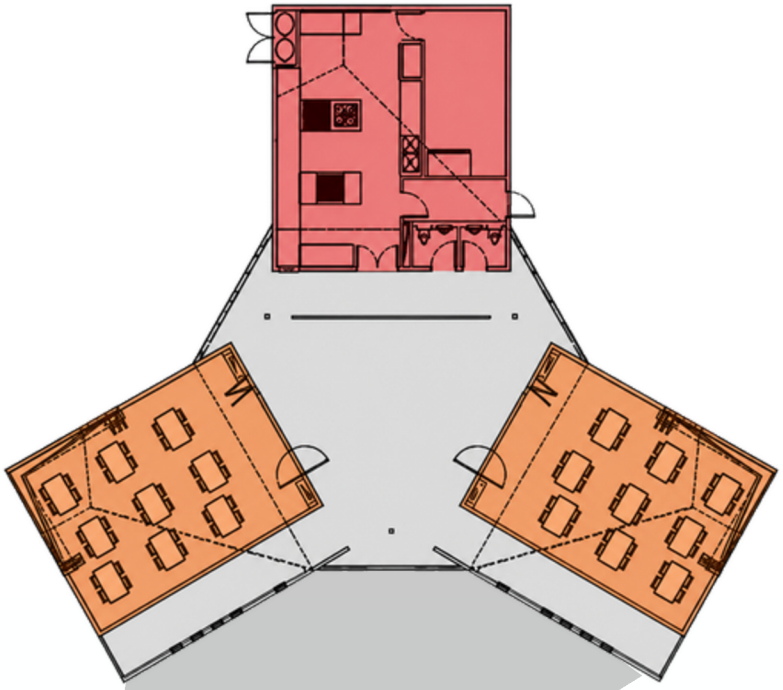
PLANTA DO SETOR PEDAGÓGICO



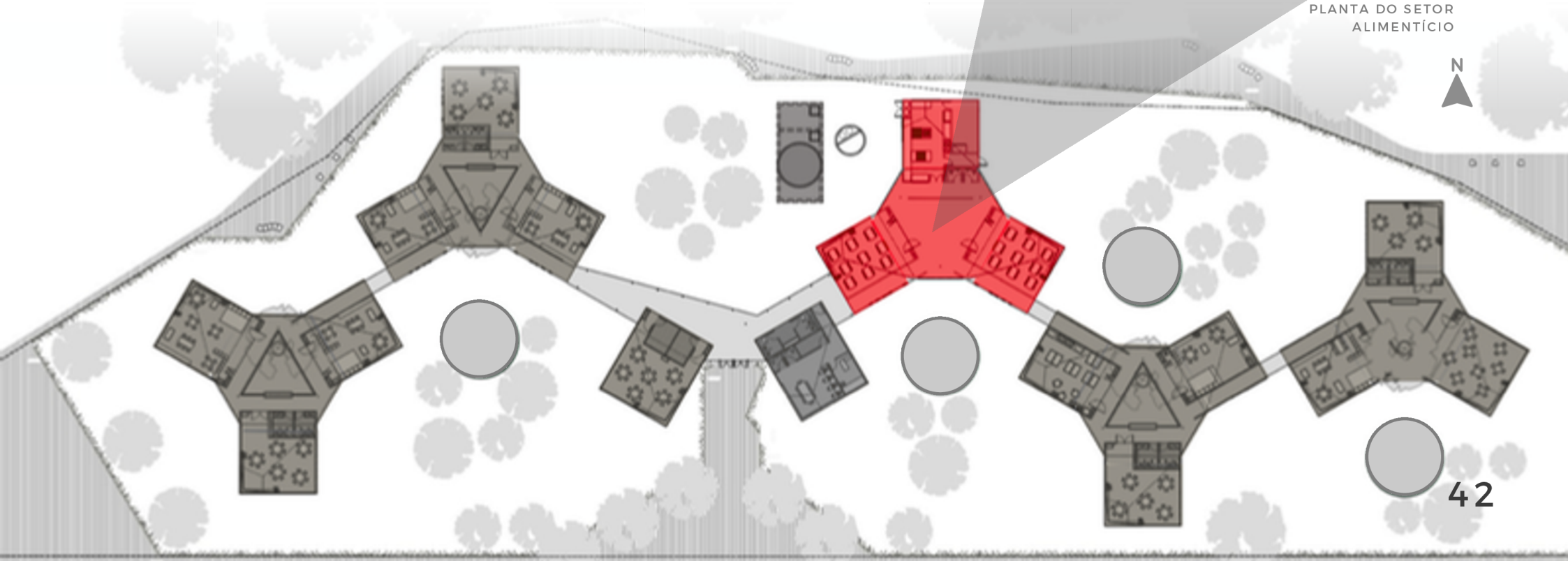
SETOR ALIMENTÍCIO

O setor alimentício é formado por dois refeitórios que permitem atender simultaneamente turmas diferentes, além de uma cozinha equipada com área de cocção, câmara fria, depósito e espaço de apoio nutricional. Esse núcleo não só assegura a qualidade alimentar, como também se torna um espaço de convivência, ampliando a experiência comunitária no ambiente escolar.

PROGRAMA		
SETOR ALIMENTÍCIO	AMBIENTES	ÁREAS
	SALAS DE AULA	30M²
	ATELIÊ	30M²
TOTAL		90M²



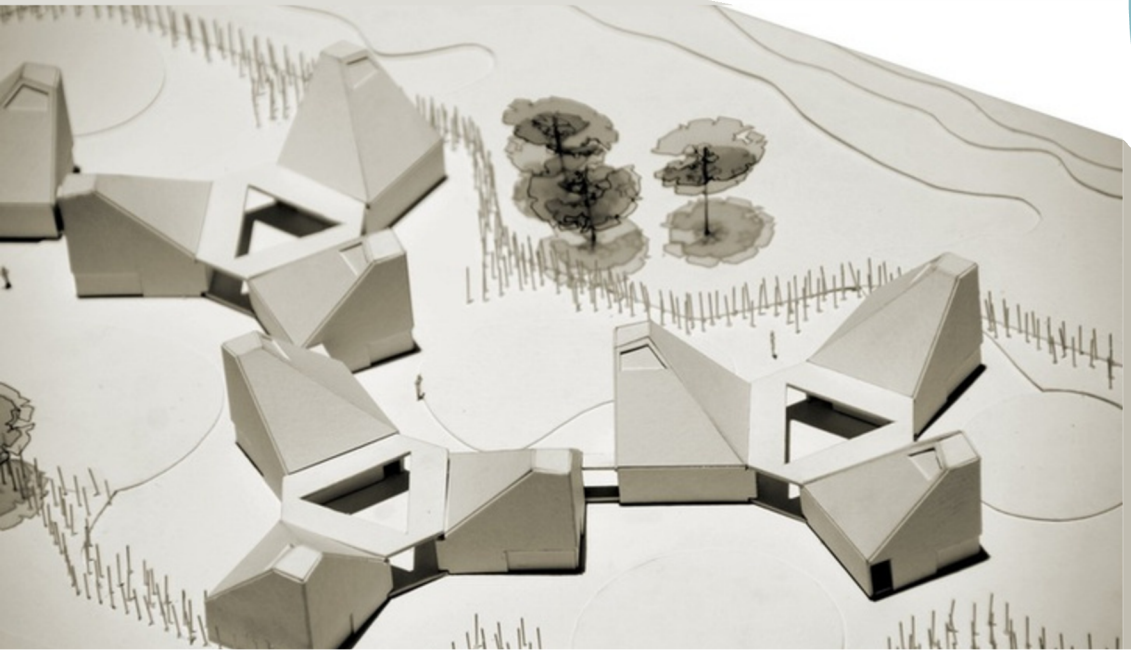
PLANTA DO SETOR ALIMENTÍCIO



Os sanitários foram distribuídos estrategicamente para garantir praticidade, acessibilidade e maior independência às crianças. As áreas externas, como playgrounds, pátios e jardins, foram planejadas para incentivar atividades ao ar livre, o contato com a natureza e ampliar a experiência educativa. Além disso, o setor técnico e de manutenção reúne estruturas essenciais, como reservatório de água e gerador de energia, assegurando o funcionamento, a autonomia e a sustentabilidade do edifício.

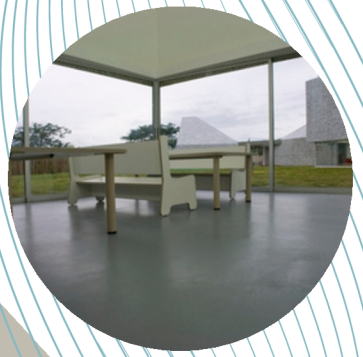
ABERTURA E RELAÇÕES ENTRE INTERNO E EXTERNO

As aberturas nas salas de aula do Jardim de Infância Timayui possuem esquadrias altas voltadas para a paisagem, integrando interior e exterior e permitindo a entrada de luz natural. Cada módulo conta com jardins de inverno centrais, que promovem ventilação natural e iluminação indireta, enquanto os playgrounds ao redor ampliam o contato com a natureza. Essa configuração garante ventilação cruzada eficiente, conforto térmico e qualidade ambiental, além de reforçar os princípios pedagógicos ao integrar aprendizado e experiência sensorial com o ambiente natural.

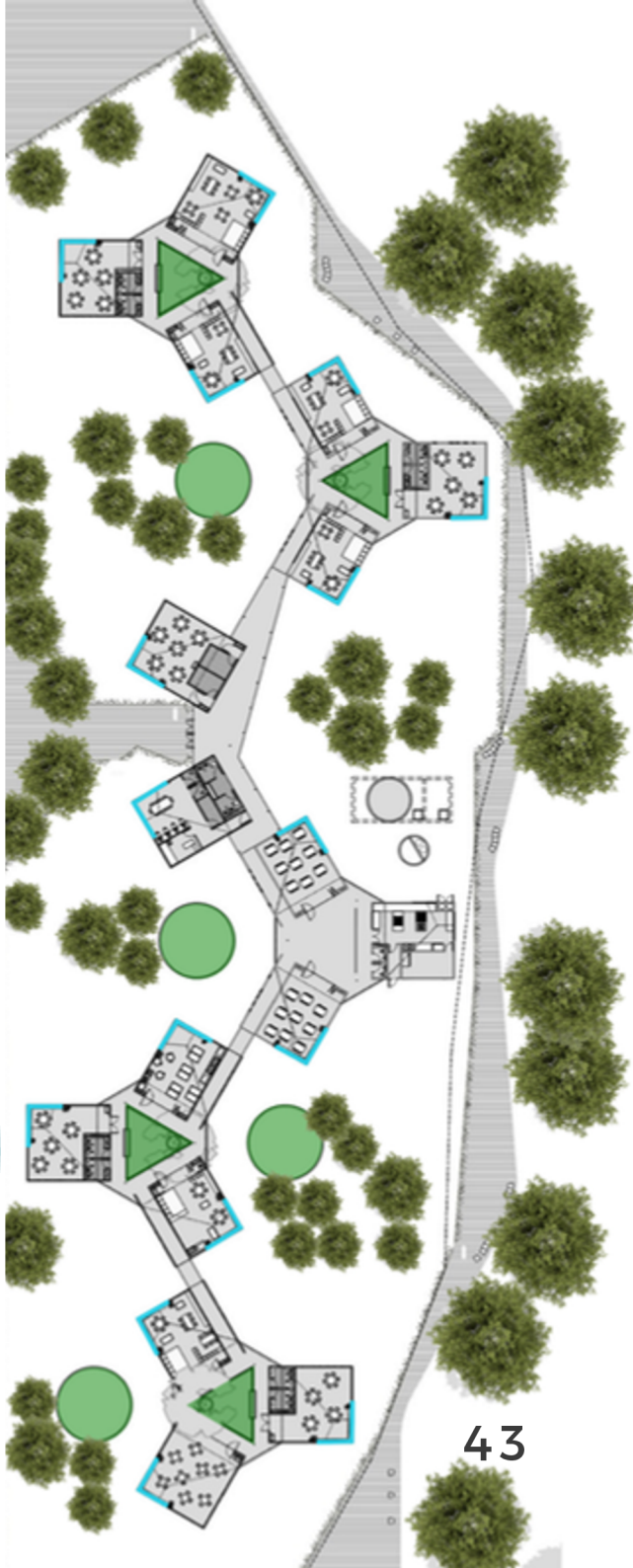












PROGRAMA

Administrativo

- Secretaria e coordenação
- Banheiro de funcionários
- Banheiro para pais/visitantes
- Depósito de apoio
- DML

Pedagógico

- 2 salas de aula (15 crianças + 1 docente cada)
- Ateliê recreativo (30 crianças + 1 docente)
- Espaço de descanso no ateliê
- Armários individuais
- Sanitários infantis (M/F)

Recreação

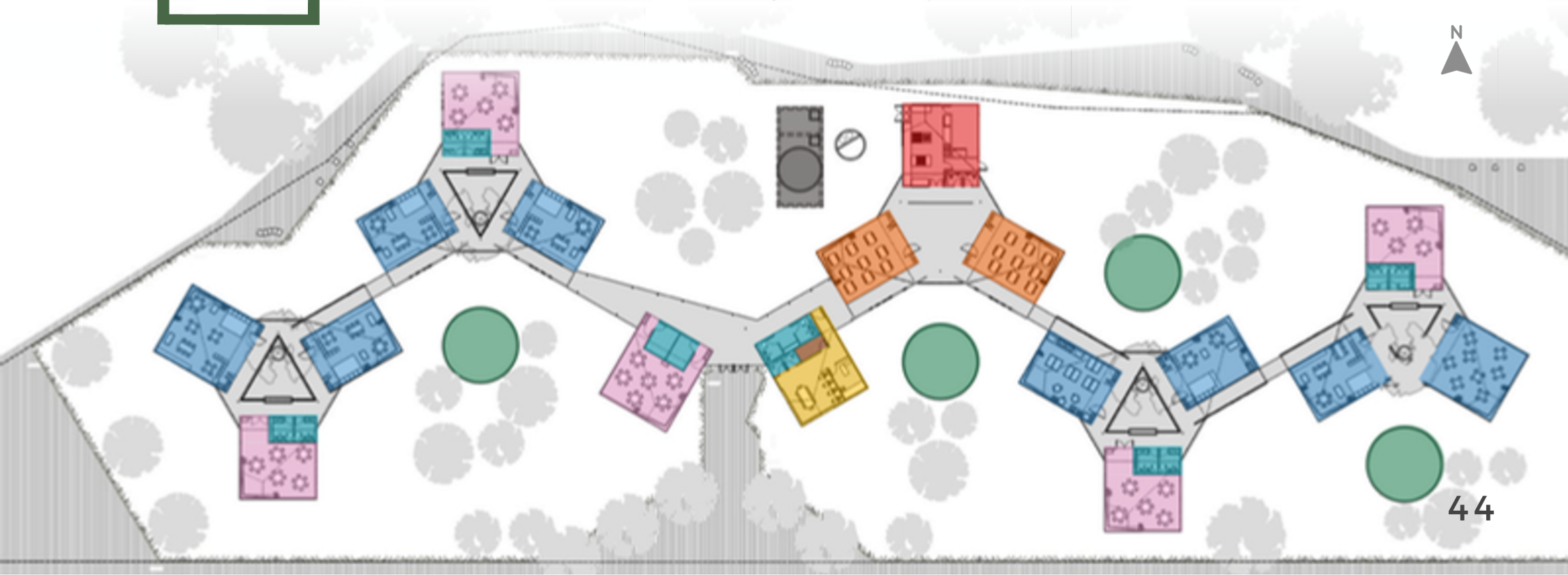
- Playground ao ar livre com brinquedos
- Áreas de convivência integradas à natureza

Alimentício

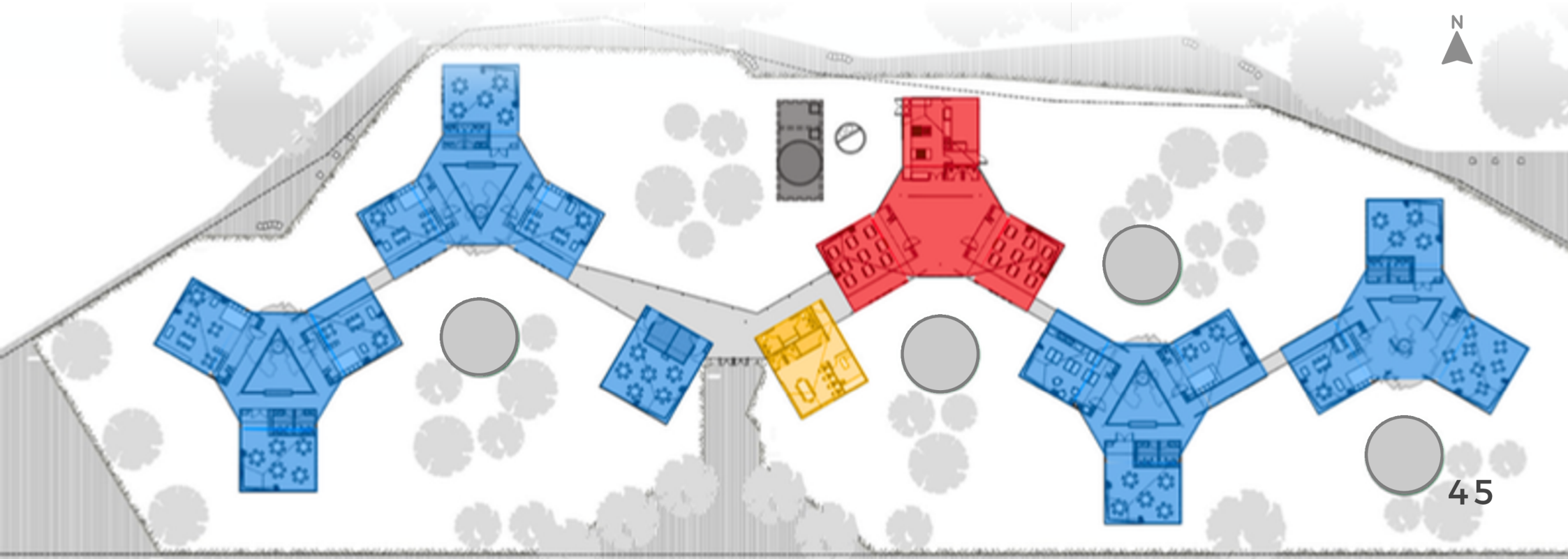
- 2 refeitórios
- Cozinha com: área de cocção, câmara fria, área nutricional e depósito
- Sanitários infantis próximos

Técnico e manutenção

- Sala de máquinas
- Gerador de energia
- Reservatórios de água
- Área de manutenção de instalações



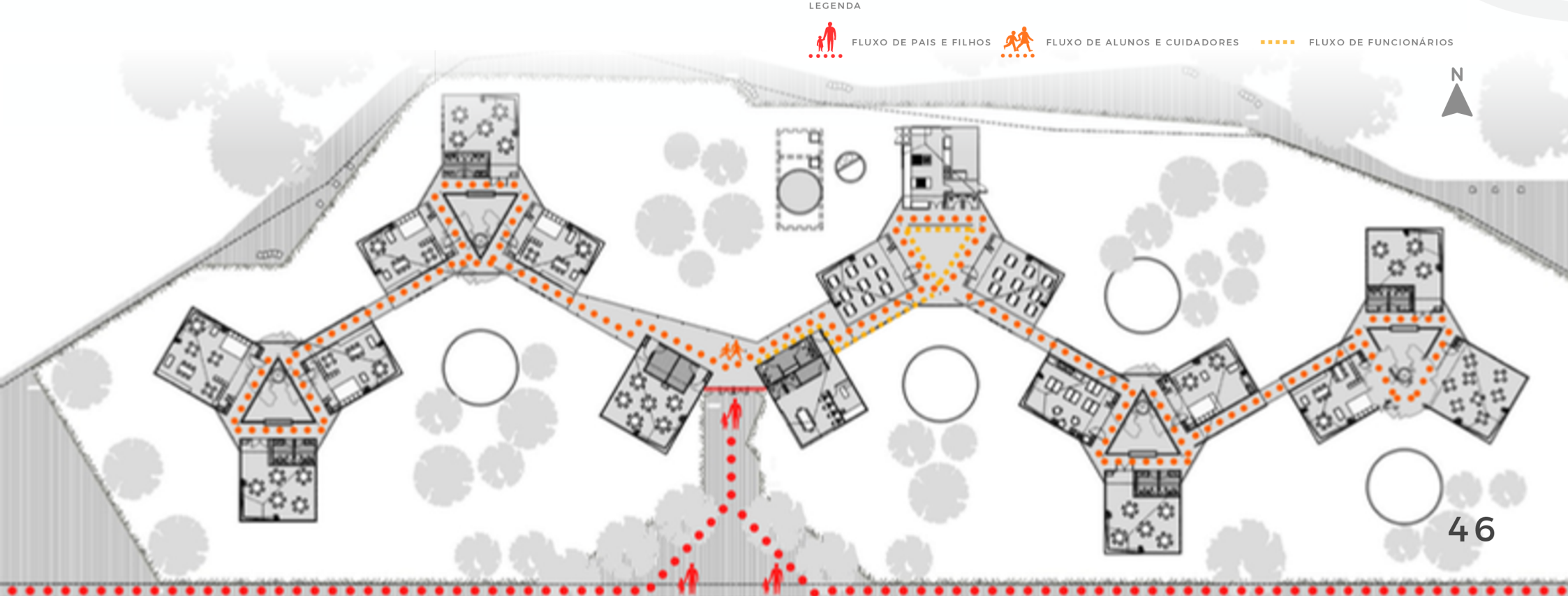
QUADRO SÍNTESE				
	AMBIENTES	ÁREAS	USUÁRIOS	FUNÇÃO
SETOR ADMINISTRATIVO	SECRETARIA	70M²	12	APOIO À GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA CRECHE
	COORDENAÇÃO	10M²	3	
	SANITÁRIOS	5M²	6	
	SANITÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS	4,5M²	2	
	DEPÓSITO	7,5M²	-	
TOTAL		97M²	23	
SETOR PEDAGÓGICO	SALAS DE AULA	30M²	13 x 36= 468	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS E EM GRUPO
	ATELIÊ	30M²	36	
	SANITÁRIOS	5M²	6	
	SANITÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS	4,5M²	2	
TOTAL		13 x 99,5m² = 1.293,50 m²	476	
SETOR ALIMENTÍCIO	REFEITÓRIO	30M²	54	INTEGRA ALIMENTAÇÃO E APOIO NUTRICIONAL
	COZINHA	30M²	22	
TOTAL		90M²	130	
TOTAL		1.480,50M²	630	



ACESSOS

O acesso principal ao Jardim de Infância Timayui ocorre pela calle 26F-2, eixo viário estruturante do bairro, recentemente pavimentado e dotado de calçadas e redes de infraestrutura básica. Essa melhoria urbana favoreceu a mobilidade e permitiu melhores condições de acesso, especialmente para os pedestres que compõem a maioria dos usuários da escola — crianças, famílias e cuidadores. O ingresso é feito por um acesso controlado, garantindo segurança quanto à entrada e saída da comunidade escolar. A partir desse ponto, a circulação principal se organiza de maneira clara e intuitiva: o fluxo central bifurca-se simetricamente em direção aos blocos de salas de aula posicionados à direita e à esquerda do núcleo central, reforçando a lógica modular do projeto. Esse percurso é contínuo, sem desníveis, assegurando acessibilidade universal e promovendo um ambiente sensível às necessidades das crianças.

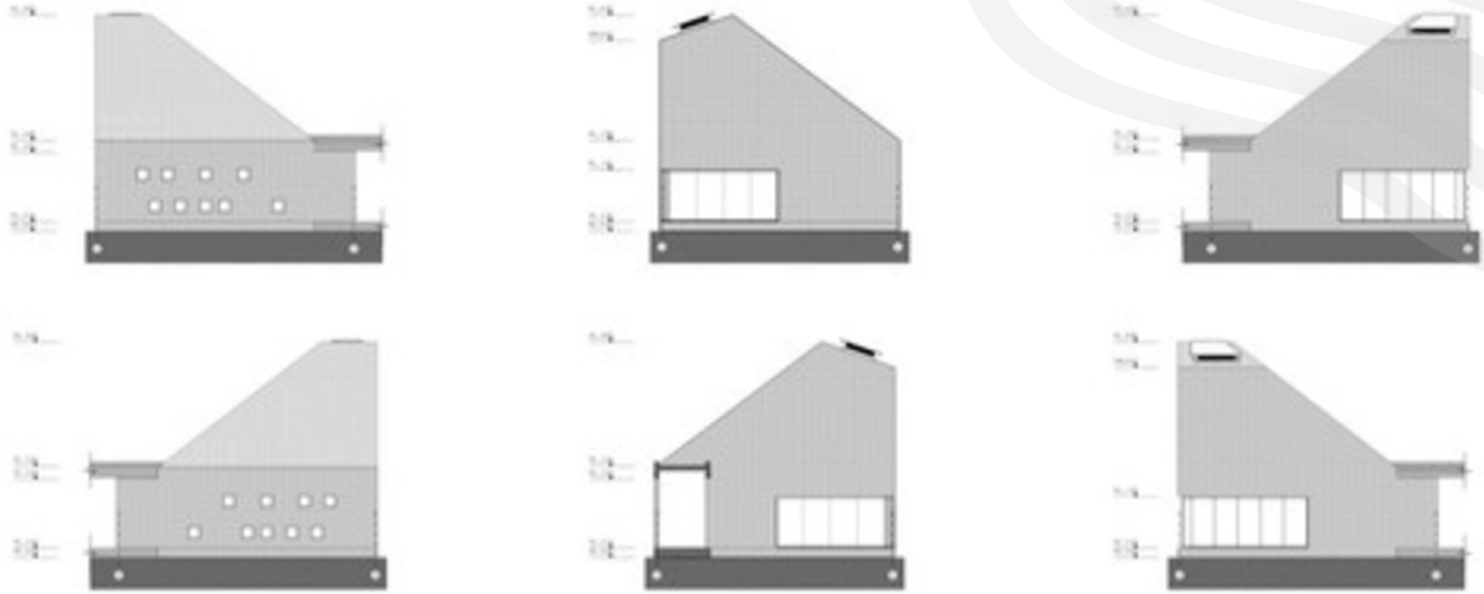
Entretanto, observa-se que o fluxo é conjunto, ou seja, alunos, cuidadores e prestadores de serviços compartilham os mesmos caminhos de circulação. Além disso, não há uma rota específica destinada às áreas de serviço, o que pode gerar conflitos de uso e comprometer a eficiência do fluxo interno da edificação. Ainda assim, a clareza organizacional da arquitetura atenua parte dessas limitações, ao manter os deslocamentos diretos e sem obstáculos.



MODELO CONSTRUTIVO

O Jardim de Infância Timayui utiliza um modelo construtivo tradicional em concreto armado, com paredes estruturais que atuam tanto como elementos de suporte quanto de fechamento. Esse sistema oferece resistência e durabilidade, além de possibilitar a repetição e expansão modular conforme a necessidade futura da escola. As paredes estruturais permitem organizar os espaços internos sem colunas intermediárias, mantendo flexibilidade e liberdade no layout das salas, ateliês e demais ambientes.

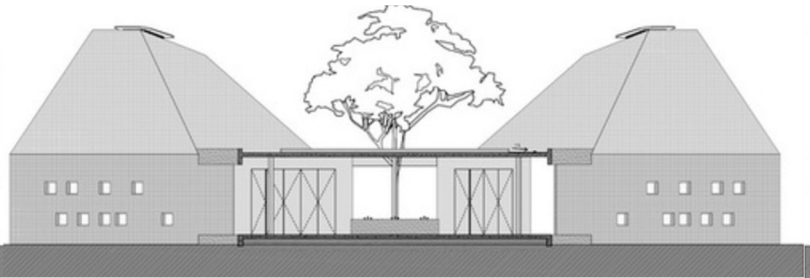
FACHADAS DO MÓDULO



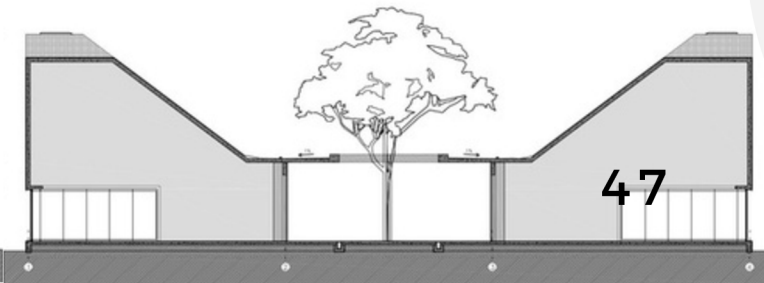
CORTE AA



CORTE BB



CORTE CC



ESTRUTURA FORMAL

O edifício é composto por módulos claros e repetitivos, que se organizam de forma lógica e legível, refletindo a modulação estrutural em concreto armado. Essa repetição modular não apenas facilita a construção e possíveis expansões futuras, mas também cria um ritmo visual que orienta o usuário pelo espaço, reforçando a compreensão do território escolar.

O uso de paredes estruturais e grandes esquadrias contribui para uma volumetria simples, porém dinâmica, que se conecta diretamente com o entorno natural. As cores e materiais escolhidos — tons neutros do concreto combinados com o verde das áreas externas e vegetação dos jardins internos — estabelecem contrastes e valorizam a experiência sensorial das crianças, criando um ambiente acolhedor e estimulante.

A plástica formal também influencia estratégias projetuais: a disposição dos módulos, a posição das aberturas e os pátios internos foram pensados para potencializar iluminação natural, ventilação cruzada e integração visual com a natureza.











Jardim de Infância Shanghai BlueBay

ESTUDO DE CASO 2

Jardim de Infância Shanghai BlueBay

ESTUDO DE CASO 2



SOBRE A OBRA

O Jardim de Infância Shanghai BlueBay, localizado nos subúrbios do Distrito de Fengxian, na China, representa um novo paradigma para a educação pré-escolar ao unir arquitetura, natureza e pedagogia em um espaço lúdico e inspirador. Com uma área construída de 8.735,58 m², o projeto abriga 15 salas de aula, seis salas de atividades especializadas, um salão multifuncional de 220 m², além de áreas administrativas e de apoio. Inspirado na imagem da "Casa das Nuvens na Floresta", o edifício foi concebido como um jardim infinito de possibilidades, um ambiente que estimula a curiosidade e a imaginação das crianças ao mesmo tempo em que favorece o aprendizado e a convivência.

A proposta adota uma organização espacial semelhante a uma pequena vila, onde volumes, pátios e passagens se entrelaçam em um desenho permeável e dinâmico. O diálogo entre elementos naturais e artificiais está presente em todo o projeto: os volumes térreos, com acabamentos em madeira, evocam solidez e raízes, enquanto as partes superiores, revestidas em painéis de alumínio corrugado, criam a sensação de leveza, como se fossem casas flutuando entre nuvens.

FICHA TÉCNICA

Local
Feng Xian Qu, China.

Tipo de projeto
Educacional

Área
8735 m²

Arquitetos
STUDIO DINGSHUN



Esse contraste reforça a atmosfera lúdica do edifício e proporciona às crianças um espaço em constante transformação, capaz de borrar as fronteiras entre interior e exterior.
Ao integrar luz natural, ventilação cruzada, áreas verdes e múltiplas tipologias de janelas e aberturas, o projeto promove uma experiência sensorial completa, onde as crianças podem explorar a natureza, observar o ciclo da vida e descobrir diferentes formas de habitar o espaço. Assim, o Jardim de Infância Shanghai BlueBay vai além de um edifício escolar: constitui-se como um ambiente poético e educativo, pensado para estimular a autonomia, a imaginação e o desenvolvimento integral das crianças.

LUGAR E ENTORNO

O Jardim de Infância Shanghai BlueBay está localizado nos subúrbios do Distrito de Fengxian, em Xangai, uma região marcada pela rápida transformação urbana. Tradicionalmente agrícola, o distrito vem sendo ocupado por novos conjuntos habitacionais de média e alta densidade, que atendem ao crescimento populacional da metrópole. Nesse cenário, o terreno destinado ao jardim de infância assume papel estratégico, pois se insere em meio a grandes blocos residenciais, oferecendo à comunidade local um espaço de apoio educacional essencial.
A implantação reflete a preocupação em criar um equipamento integrado ao cotidiano das famílias, respondendo diretamente às demandas dessa nova frente de urbanização. Mais do que suprir a necessidade funcional de uma escola, o projeto se apresenta como um contraponto à rigidez urbana, introduzindo um ambiente lúdico, natural e permeável. Assim, em meio ao adensamento habitacional, a creche funciona como um verdadeiro refúgio para as crianças, equilibrando a densidade do entorno com áreas abertas, luz natural e vegetação, além de estimular a convivência e a exploração.



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESC- 1:25

ASCENTAMENTO TOPOGRÁFICO

O Jardim de Infância Shanghai BlueBay foi implantado em um terreno de topografia plana, condição que teve impacto direto nas estratégias de concepção. A ausência de desníveis possibilitou o desenvolvimento de uma implantação horizontal e extensiva, favorecendo o conceito de “vila educativa”, composta por volumes baixos e interligados por pátios. Essa escolha não apenas garantiu uma maior integração entre os blocos, mas também facilitou a circulação das crianças em percursos fluidos, sem barreiras topográficas.

A superfície nivelada permitiu ainda a criação de espaços externos contínuos, como jardins temáticos e áreas de convivência, que se estendem naturalmente a partir das salas de atividades. Isso reforça a ideia de que o solo é parte integrante do processo pedagógico, possibilitando contato direto com a natureza em ambientes acessíveis e democráticos.

SETORIZAÇÃO

A creche foi organizada de forma funcional e eficiente, distribuindo seus ambientes em três pavimentos interligados por circulações verticais, como escadas e rampas, garantindo acessibilidade e integração entre os setores. Essa setorização busca atender às diferentes demandas da instituição, promovendo uma experiência educativa organizada, segura e confortável para crianças, funcionários e visitantes.

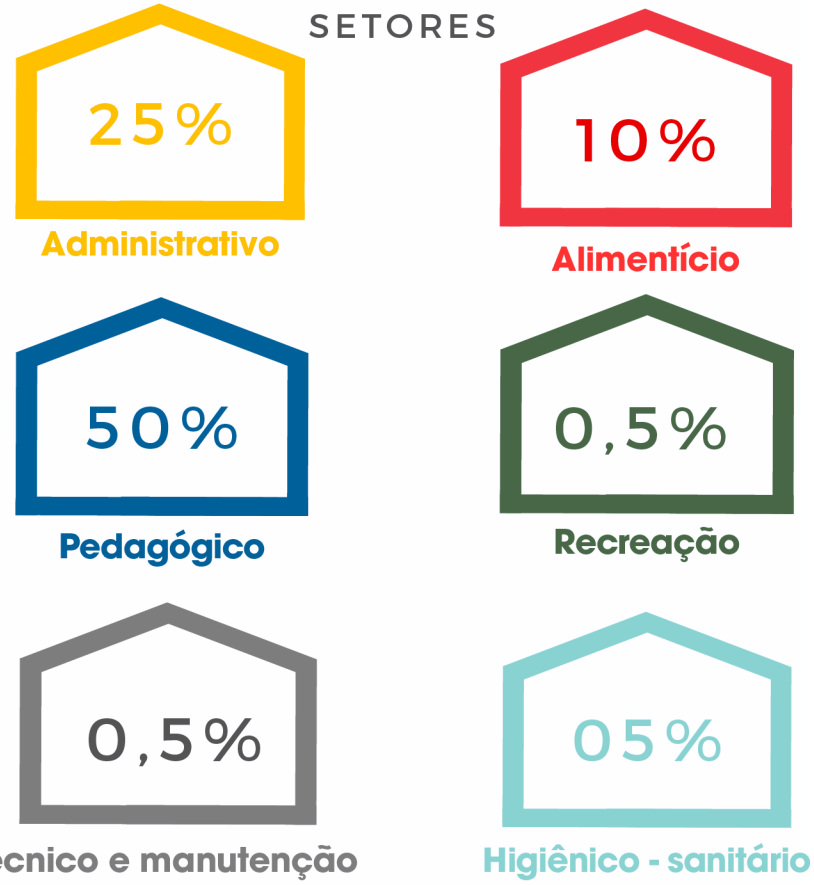
Destacam-se os setores educacionais, projetados para receber as atividades pedagógicas de forma dinâmica, com espaços amplos, iluminados e ventilados, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Junto a esses, localiza-se o setor alimentício, responsável pela preparação e distribuição de refeições, pensado de forma a manter higiene, eficiência operacional e proximidade com os setores de atendimento às crianças. Uma parte do setor administrativo também está localizada neste pavimento, permitindo um contato direto com o público e um controle mais próximo das atividades pedagógicas e operacionais.



Além disso, o primeiro pavimento abriga o setor de higiene, essencial para garantir a saúde e bem-estar das crianças e funcionários, e o setor de máquinas e manutenção, que assegura o funcionamento adequado das instalações, equipamentos e sistemas da creche, de forma discreta e organizada, sem interferir nas atividades educativas.

SETORES



PORCENTAGEM DE ÁREA
DE CADA SETOR



Os pavimentos superiores recebem a complementação dos setores administrativos e, possivelmente, áreas de apoio pedagógico ou de atividades especiais, criando uma hierarquia funcional que separa áreas de maior circulação das áreas de trabalho e administração. As circulações verticais conectam todos os pavimentos de maneira fluida, garantindo acessibilidade e segurança, além de permitir a supervisão eficiente dos diferentes setores por parte da equipe gestora.









Essa setorização estratégica não apenas organiza os fluxos internos, mas também contribui para o conforto, segurança e bem-estar das crianças, favorecendo uma rotina educativa fluida e integrando todas as funções essenciais de uma creche de alta qualidade.





THIRD FLOOR

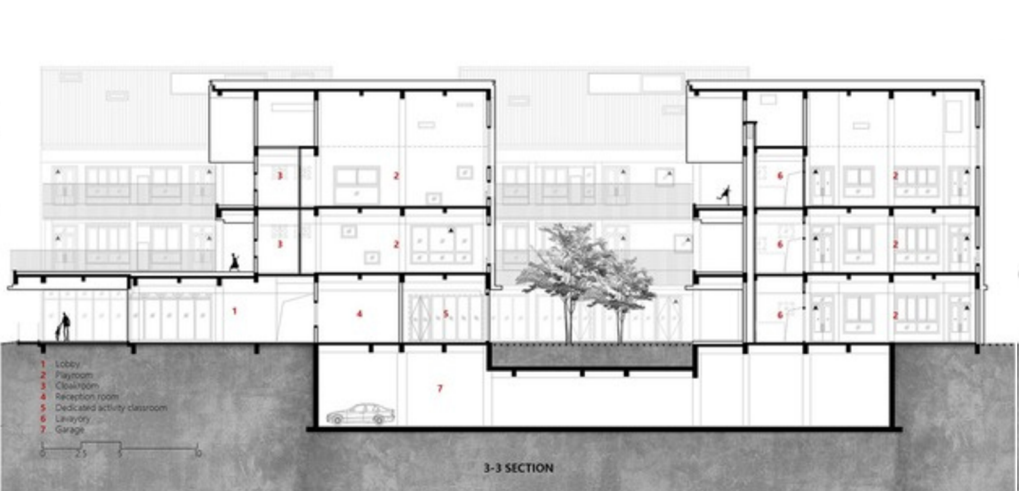
0 2 5 10

1 Playroom
2 Lavatory
3 Cloakroom
4 Sterilizing room
5 Multifunctional activity room

LEGENDA

PEDAGOGICO

CIRCULAÇÃO VERTICAL






NORTH ELEVATION


WEST ELEVATION



Lugar

BRASIL - GOIÂNIA, GOIÁS

Goiânia

GOIÁS



HISTÓRICO

Goiânia, capital do estado de Goiás, foi fundada em 24 de outubro de 1933, durante o governo de Pedro Ludovico Teixeira, com o objetivo de modernizar e centralizar a administração estadual, substituindo a antiga capital, Cidade de Goiás. O projeto urbanístico da nova cidade foi elaborado pelo arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima, influenciado pelos princípios do urbanismo moderno e pelas ideias da Carta de Atenas, priorizando avenidas amplas, eixos de circulação bem definidos e áreas verdes integradas ao espaço urbano. Posteriormente, o urbanista Armando de Godoy deu continuidade ao plano original, adaptando-o ao crescimento populacional.

Atualmente, Goiânia é reconhecida como uma das cidades com melhor qualidade de vida do país, destacando-se por sua arborização — considerada uma das mais densas da América Latina — e por sua infraestrutura em constante expansão. Com uma população estimada em cerca de 1,6 milhão de habitantes, segundo dados do IBGE (2024), a cidade tornou-se um importante polo regional de serviços, educação, saúde e cultura, além de apresentar crescente desenvolvimento no setor imobiliário e na construção civil.

Seu traçado urbano, aliado à expansão planejada, reflete a intenção original de Attilio Corrêa Lima: criar uma cidade funcional, moderna e harmônica, que unisse progresso e bem-estar social. Contudo, o rápido crescimento trouxe também desafios urbanos, como mobilidade, adensamento e desigualdade espacial — questões que continuam a orientar reflexões sobre o futuro da capital goiana.

MARCOS DE GOIÂNIA



MARCOS DE GOIÂNIA



MARCOS DE GOIÂNIA



MARCOS DE GOIÂNIA



Goiânia destaca-se como um dos principais polos econômicos do Centro-Oeste brasileiro, apresentando forte influência no desenvolvimento regional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital goiana ocupa atualmente a 15ª posição no ranking nacional dos municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB), consolidando-se como a segunda maior economia da região Centro-Oeste, atrás apenas de Brasília. Em 2023, o município registrou um PIB de aproximadamente R$ 75,7 bilhões, representando cerca de 22,5% de toda a riqueza produzida no estado de Goiás e aproximadamente 0,7% do PIB nacional, evidenciando sua relevância econômica e capacidade de atração de investimentos.

O crescimento econômico de Goiânia também demonstra trajetória de expansão e fortalecimento urbano, com aumento de aproximadamente 14,34% entre 2022 e 2023, índice considerado um dos maiores entre os principais municípios goianos. Entretanto, esse desenvolvimento econômico demanda investimentos proporcionais em infraestrutura social, especialmente na educação infantil e na primeira infância, setores diretamente relacionados ao desenvolvimento humano e à formação do capital social e econômico futuro.

RANKING NACIONAL DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR PIB



15°

R$ 75,7 bilhões
0,7% do PIB nacional

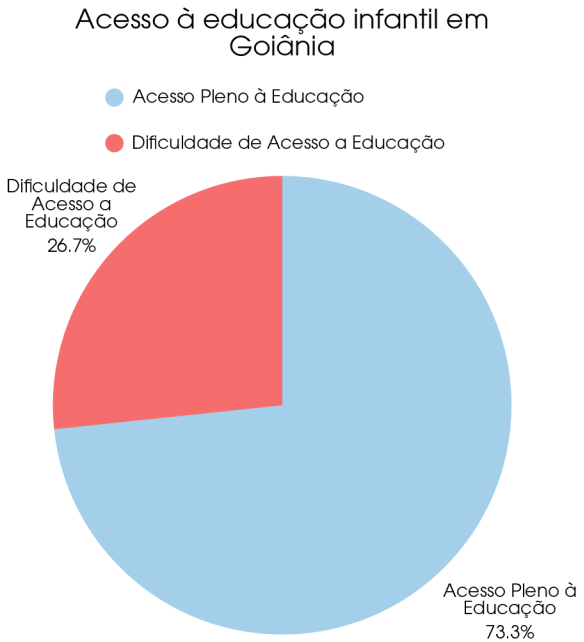


Dados da educação infantil em Goiânia

Apesar de Goiânia apresentar destaque econômico nacional, ocupando a 15ª posição entre os maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) municipais do Brasil, ainda existem desafios significativos relacionados à infraestrutura educacional voltada à primeira infância. A deficiência educacional no Brasil, agravada pela realidade de Goiânia e região, evidencia a necessidade de ampliação de equipamentos urbanos destinados às crianças de 0 a 5 anos, período considerado decisivo para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional.

A Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Goiânia é destinada a crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses, com atendimento em período integral ou parcial, conforme a disponibilidade de vagas em cada instituição. O serviço é ofertado por unidades próprias e conveniadas, por meio dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Centros de Educação Infantil (CEIs) e Escolas Municipais (EMs). Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação (SME) conta com 146 CMEIs, 39 CEIs e 129 Escolas Municipais que oferecem Educação Infantil, atendendo aproximadamente 30.538 crianças.

Entretanto, a oferta de infraestrutura educacional ainda não acompanha integralmente a demanda existente. A insuficiência de unidades de tempo integral representa um dos principais desafios enfrentados pelo município. Em 2024, aproximadamente 26,7% das crianças goianienses enfrentaram barreiras de acesso à educação infantil, índice superior à média estadual, de 23,5%, atingindo principalmente famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.



https://www.jornalopcao.com.br/educacao/26-das-criancas-em-goiania-de-0-a-3-anos-tem-dificuldade-de-acesso-as-creches-733434

INSTITUIÇÃO	UNIDADES	INSTITUIÇÃO	UNIDADES	INSTITUIÇÃO	UNIDADES
CMEIs	146	CEIs	39	EMs	129
TOTAL DE INSTITUIÇÕES					314 UNIDADES
TOTAL DE EDUCANDOS					30.538 EDUCANDOS

Fonte: https://www.goiania.go.gov.br/sing_servicos/etapa-de-atendimento-educacional-educacao-infantil

Um levantamento realizado pelo GAEPE-GO (Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás) apontou um déficit de quase 38 mil vagas em creches no estado. Atualmente, cerca de 40 mil crianças de 0 a 3 anos aguardam em fila de espera por uma vaga, revelando a insuficiência da oferta diante da alta demanda. Já na faixa etária de 4 a 5 anos, aproximadamente 6,7 mil crianças também aguardam a oportunidade de ingressar na pré-escola.

De acordo com o diagnóstico elaborado pela governança, em parceria com a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Goiás possui 74.492 crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, enquanto 37.994 permanecem na fila de espera. Para as crianças de 4 a 5 anos, o número de matriculados é de 132.678, com 6.732 ainda aguardando vaga.

Segundo Miguel Rodrigues Ribeiro, presidente da seccional goiana da Undime, os dados evidenciam que o atendimento nas creches ainda privilegia as crianças maiores, embora os municípios declarem oferecer vagas a partir dos 6 meses de idade. Esse desequilíbrio gera uma fila mais expressiva para a faixa etária de até 2 anos, seguida por crianças de até 4 anos, comprometendo a universalização do acesso à educação infantil em sua etapa mais sensível e determinante para o desenvolvimento humano.



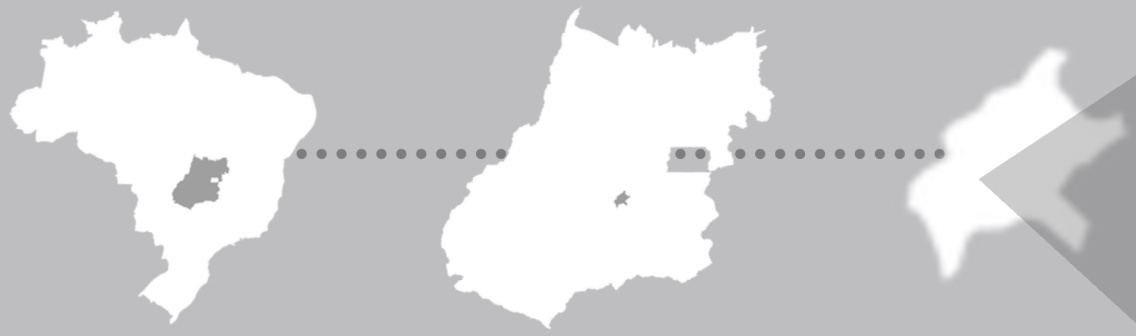
Fonte: https://www.tcmgo.tc.br/gaepe-go/2024/01/31/levantamento-do-gaepe-go-aponta-deficit-de-quase-38-mil-vagas-de-creche-no-estado

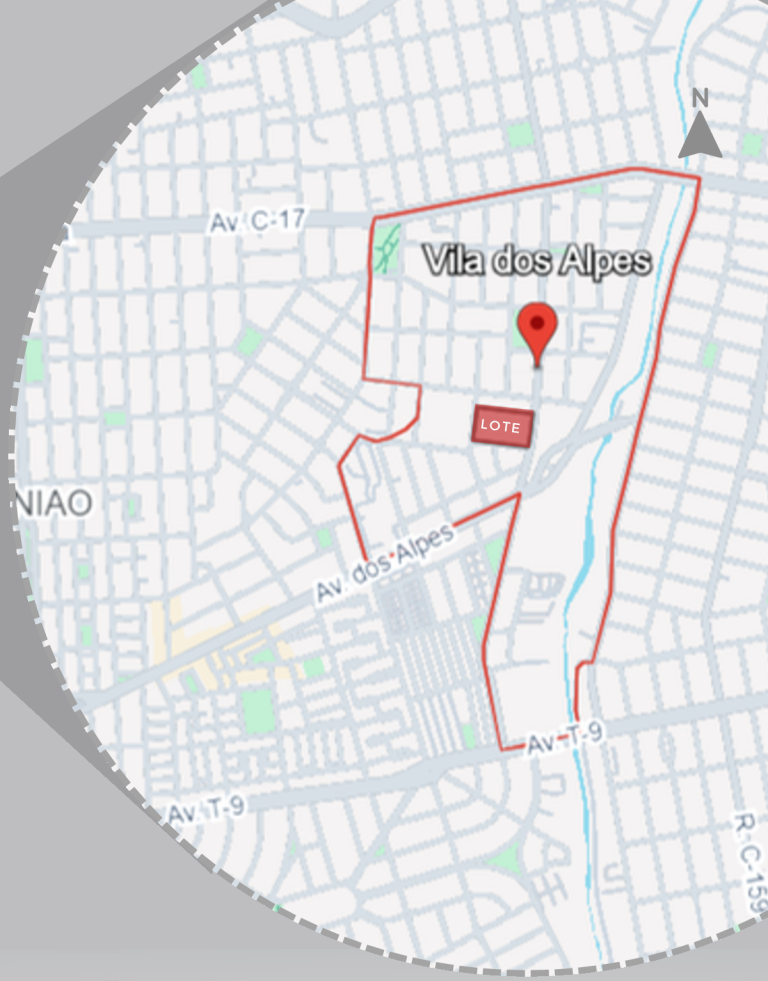
A falta de espaços adequados, profissionais qualificados e metodologias específicas compromete o processo de aprendizagem infantil e contribui para o aumento das desigualdades sociais, além de impactar diretamente a inserção dos pais e responsáveis no mercado de trabalho, especialmente das mulheres. Nesse contexto, a educação infantil torna-se não apenas uma demanda educacional, mas também uma questão social, econômica e urbana.

A carência de equipamentos urbanos voltados à primeira infância é mais evidente em regiões periféricas e áreas de expansão urbana de Goiânia, onde o crescimento populacional ocorre de forma mais acelerada que a implantação da infraestrutura educacional. Regiões como Noroeste, Oeste e Sudoeste apresentam maior demanda por vagas, especialmente em unidades de educação infantil e ensino integral. Esse déficit ultrapassa a esfera educacional, gerando impactos sociais, econômicos e políticos, comprometendo a qualidade de vida, a mobilidade social e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), evidenciando a necessidade de ampliação da rede de atendimento infantil no município.

Setor Vila Alpes

REGIÃO SUDOESTE DE GOIÂNIA-GOIÁS





O Setor Vila Alpes, localizado na região sudoeste de Goiânia, surgiu como parte do processo de expansão urbana da capital goiana, acompanhando o crescimento populacional e o desenvolvimento territorial ocorridos principalmente a partir da segunda metade do século XX. O bairro consolidou-se como uma área predominantemente residencial, apresentando também atividades comerciais e de serviços voltadas ao atendimento da população local.

Sua localização estratégica, próxima a importantes vias urbanas e bairros consolidados, favoreceu seu desenvolvimento e valorização ao longo dos anos. O setor possui características de ocupação urbana diversificada, com presença de habitações unifamiliares, edifícios residenciais e infraestrutura urbana em constante expansão.

Nos últimos anos, a região também recebeu investimentos em qualificação urbana e espaços públicos, como áreas de lazer e convivência, reforçando seu papel como bairro residencial integrado à dinâmica de crescimento da cidade de Goiânia.











LAGO DAS ROSAS

PRAÇA TAMANDARÉ

PRAÇA CÍVICA

LOTE

4,4 KM

4,9 KM

5,7 KM



LEGENDA

LOTES OCUPADOS

LOTES VAGOS



LEGENDA

VIA ARTERIAL

VIA COLETORA

VIA LOCAL



LEGENDA

PONTO DE TRANSPORTE PÚBLICO



DENSIDADE POPULACIONAL

O Setor Vila Alpes, apresenta características de um bairro com ocupação urbana consolidada e densidade populacional intermediária a elevada, marcada pela predominância de uso residencial associado a atividades comerciais e de serviços distribuídas ao longo das vias principais. A região possui traçado urbano consolidado, com quadras relativamente compactas e ocupação contínua do solo, fatores que contribuem para maior concentração populacional.

INFRAESTRUTURA URBANA

Em relação à malha viária, o setor é composto por vias locais e coletoras organizadas em traçado predominantemente regular, possibilitando boa circulação interna e distribuição do fluxo de veículos. Destaca-se a Avenida dos Alpes, principal eixo viário do bairro, responsável pela articulação da mobilidade local e pela conexão com outras regiões da cidade. O sistema viário favorece deslocamentos tanto para veículos particulares quanto para serviços urbanos essenciais.

Quanto ao transporte público, o Setor Vila Alpes é atendido por linhas de ônibus integradas ao sistema de transporte coletivo de Goiânia, permitindo conexão com terminais urbanos e diferentes setores da capital. A proximidade com corredores estruturais de mobilidade amplia a acessibilidade da população aos serviços públicos, comércio, educação e equipamentos urbanos.

No que se refere às áreas verdes e espaços livres, a região apresenta praças, arborização viária e áreas destinadas ao lazer e convivência comunitária, elementos importantes para a qualidade ambiental urbana. Esses espaços contribuem para o conforto térmico, permeabilidade do solo, convivência social e desenvolvimento de atividades recreativas, aspecto especialmente relevante em projetos voltados à primeira infância.

Lugar - terreno

R. A-16 - VILA DOS ALPES, GOIÂNIA - GO, 74310-170

O terreno destinado à implantação do projeto localiza-se na Rua A-16, Setor Vila dos Alpes, em Goiânia (GO). Com área de 17.007,99 m² e declividade média de 4,5%, o lote encontra-se desocupado e apresenta boas condições para o desenvolvimento do projeto.

O terreno faz fronteira com os setores Sudoeste, Vila União e a parte baixa do Setor Bueno, áreas em crescimento urbano e valorização imobiliária, o que amplia seu potencial de integração com a cidade. Destaca-se ainda a boa paisagem urbana, devido à proximidade com o Bosque às margens do Córrego Cascavel, que oferece áreas verdes e lazer. Localizado aos fundos do Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates, o terreno reforça o caráter educacional do entorno, formando um eixo de aprendizado e convivência comunitária.





FOTOS DO ENTORNO







BB

PROJ.LIMITE DO LOTE

166,58m

R.C-66

VIA LOCAL DE BAIXA VELOCIDADE E FLUXO

AA

ÁREA

17.007,99 m²

AA

97,07m

93,47m

R.FLEMINGTON

VIA ARTERIAL DE MÉDIA VELOCIDADE E FLUXO INTENSO

R.A - 16

VIA LOCAL DE BAIXA VELOCIDADE E FLUXO

BB

R.A -16

LIMITE DO LOTE VIZINHO

CORTE BB

0.00 M

R.C-66

6,50 M

DECLIVIDADE 4,5%

R.FLEMINGTON

CORTE AA

Justificativa do Lugar

VILA ALPES GOIÂNIA-GOIÁS

A escolha do Setor Vila Alpes, em Goiânia, para a implantação do equipamento urbano voltado à primeira infância justifica-se, principalmente, pela carência de infraestrutura educacional destinada a esse público, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta de equipamentos urbanos capazes de atender à demanda crescente por educação infantil na região. A ausência ou insuficiência desses espaços impacta diretamente o desenvolvimento infantil, o acesso à educação e a qualidade de vida das famílias, tornando necessária a implantação de estruturas que contribuam para a promoção da equidade social e do desenvolvimento urbano.

Além da deficiência relacionada à oferta de equipamentos voltados à primeira infância, o bairro apresenta características urbanas favoráveis para a implantação do projeto. O Setor Vila Alpes possui infraestrutura urbana consolidada, com boa estrutura viária, acessibilidade e atendimento por transporte público, fatores fundamentais para garantir deslocamento eficiente de usuários, funcionários e responsáveis pelas crianças. Sua localização estratégica e conexão com bairros adjacentes fortalecem sua capacidade de atendimento regional, ampliando o alcance social do equipamento proposto.

Outro aspecto relevante refere-se ao processo de crescimento e consolidação urbana do setor. A região apresenta dinâmica de expansão habitacional e ocupação residencial significativa, caracterizada pela presença de habitações unifamiliares e multifamiliares, indicando concentração populacional compatível com a demanda por serviços educacionais voltados à primeira infância. Soma-se a isso a expressiva presença de trabalhadores economicamente ativos, especialmente famílias que necessitam de suporte institucional para conciliar atividades laborais e cuidado infantil.

A implantação do equipamento também se mostra estratégica pela existência de uma unidade de ensino fundamental localizada em quadra próxima ao terreno de intervenção, favorecendo a criação de um eixo educacional capaz de fortalecer a continuidade do processo pedagógico e ampliar a oferta de serviços educacionais no território. Essa proximidade contribui ainda para a formação de uma centralidade educacional no bairro, promovendo integração urbana e otimização da infraestrutura existente.



Usuários

JARDIM DO AMANHECER

Os usuários da creche podem ser classificados em diretos e indiretos. Entre os usuários diretos, encontram-se as crianças de 0 a 3 anos de idade e as de 4 a 5 anos, que são o público central do equipamento, usufruindo dos espaços pedagógicos, lúdicos e de convivência. Além delas, também fazem parte desse grupo os administradores, responsáveis pela gestão institucional, bem como os docentes e cuidadores, que garantem o processo educacional, o desenvolvimento integral e o bem-estar diário das crianças.

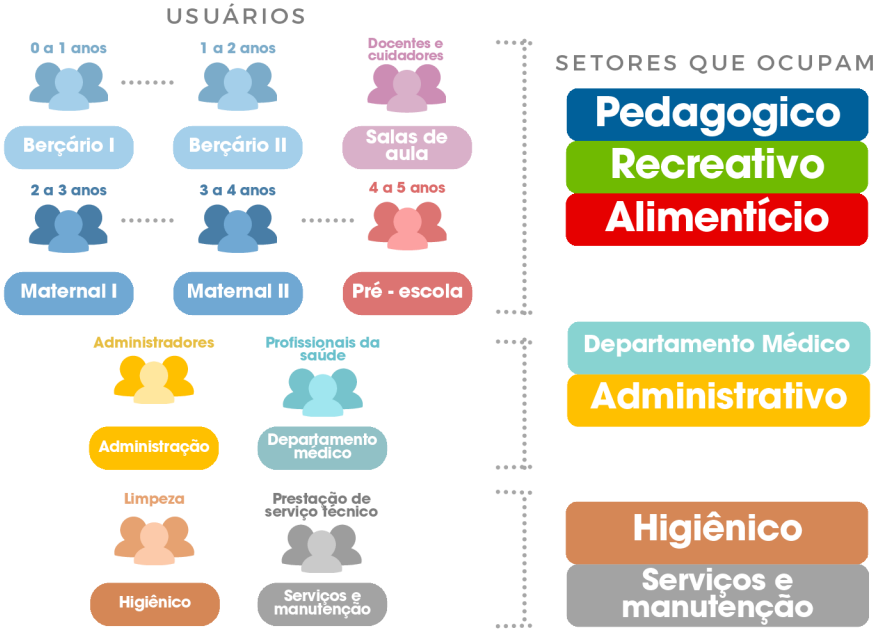
Já entre os usuários indiretos, destacam-se os pais e responsáveis, que participam ativamente do acompanhamento pedagógico e do vínculo com a instituição, fortalecendo a parceria família-escola. Também compõem esse grupo os fornecedores e prestadores de serviços de manutenção, cuja atuação, embora não esteja diretamente ligada às atividades educacionais, é fundamental para assegurar o funcionamento contínuo, seguro e eficiente da creche.



USUÁRIOS E SETORES QUE OCUPAM

O comportamento dos usuários dentro da instituição se organiza de acordo com as funções e atividades desenvolvidas em cada setor do projeto. As crianças, divididas entre Berçário I e II, Maternal I e II e Pré-escola, junto aos professores e cuidadores, concentram suas ações nos setores pedagógico e recreativo, onde ocorrem as atividades de aprendizado, socialização e brincadeiras que estimulam o desenvolvimento infantil.

A equipe administrativa e o departamento médico realizam suas principais atividades nos setores administrativos, voltados à gestão, atendimento e suporte institucional. Já os funcionários da limpeza atuam prioritariamente nos setores de higiene, assegurando a manutenção da salubridade e o conforto dos ambientes. Por fim, os técnicos de manutenção desenvolvem suas funções nas áreas técnicas, responsáveis pelo bom funcionamento das instalações e equipamentos da edificação.



Programa

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A partir dos estudos de caso realizados e das análises de referências arquitetônicas voltadas à educação infantil, foi possível desenvolver uma setorização clara, funcional e eficiente para a creche, organizando os ambientes de acordo com suas funções, necessidades operacionais e fluxos de circulação. Essa divisão setorial tem como objetivo otimizar o funcionamento do equipamento, promover maior qualidade espacial e garantir segurança, conforto e acessibilidade aos usuários.

A organização do programa arquitetônico considera a separação estratégica entre os setores pedagógico, administrativo, de apoio, serviços e áreas externas, permitindo melhor controle das atividades desenvolvidas e reduzindo conflitos entre fluxos de funcionários, crianças, responsáveis e serviços de manutenção. Além disso, a setorização contribui para o desenvolvimento das práticas educacionais, proporcionando ambientes adequados para aprendizagem, recreação, alimentação, descanso e socialização.



O setor administrativo concentra os ambientes voltados à gestão da instituição, recepção de responsáveis e atendimento ao público, funcionando como o núcleo de organização e suporte às atividades pedagógicas.



O setor alimentício abriga a cozinha, despensa, refeitório e áreas de apoio destinadas ao preparo e distribuição das refeições, desempenhando papel essencial no cuidado integral das crianças e assegurando a qualidade nutricional dentro da rotina escolar.



O setor pedagógico reúne as salas de atividades e aprendizagem, planejadas para oferecer um ambiente adequado ao desenvolvimento infantil, estimulando práticas educativas, criativas e sociais.



O setor médico oferece suporte à saúde e ao bem-estar das crianças, garantindo atendimento básico, primeiros socorros e assistência necessária no ambiente educacional.



O setor recreativo contempla os espaços destinados ao lazer e ao convívio das crianças, tanto em áreas internas quanto externas, valorizando a importância do brincar como parte do processo de aprendizagem.

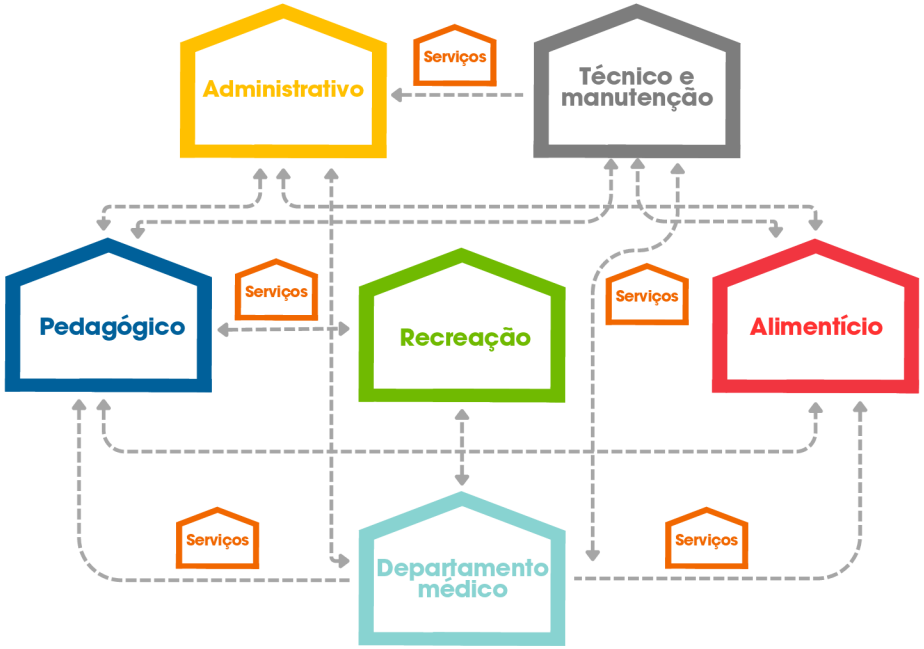


O setor técnico e de manutenção reúne ambientes de apoio, como cozinha, áreas de serviço, depósitos e infraestrutura predial, garantindo o funcionamento eficiente da edificação sem interferir nas atividades pedagógicas.

Fisofluxograma

DOS SETORES

No fluxograma elaborado, buscou-se demonstrar a relação e a interdependência entre os setores da creche, evidenciando que o funcionamento da instituição ocorre de forma integrada. O setor pedagógico e o recreativo atuam de maneira complementar no desenvolvimento infantil, unindo aprendizagem, socialização e ludicidade. Os setores serviços atendem às necessidades de todos os ambientes, garantindo higiene e bem-estar, enquanto o setor administrativo coordena e dá suporte às atividades institucionais. Já o setor alimentício relaciona-se diretamente com os demais, assegurando a nutrição necessária para a rotina das crianças. Dessa forma, o fluxograma reforça que cada setor desempenha uma função específica, contribuindo conjuntamente para o funcionamento eficiente da creche.



QUADRO SÍNTESE				
SETOR ADMINISTRATIVO	AMBIENTES		UNIDADES	USUÁRIOS
	RECEPÇÃO/ESPERA/SECRETÁRIA		1	52
	COORDENAÇÃO		1	4
	DIRETORIA		1	4
	ARQUIVO		1	1
	SANITÁRIO MASC.		1	2
	SANITÁRIO FEM.		1	2
	SANITÁRIO PNE		1	1
	SALA DOS PROFESSORES		1	26
	DML		1	1
TOTAL				93
SETOR PEDAGÓGICO	AMBIENTES		UNIDADES	USUÁRIOS
	SALAS DE AULA		6	18
	ATELIÊ		10	18
	AUDITÓRIO		1	40
	BRINQUEDOTECA		1	15
	SANITÁRIO MASC.		2	2
	SANITÁRIO FEM.		2	2
	SANITÁRIO PNE		4	1
	BERÇÁRIO		4	17
	ESPAÇO AMAMENTAÇÃO		4	16
	SANIT./TROC		4	1
	DORMITÓRIO		6	18
TOTAL				148
DEPARTAMENTO MÉDICO	AMBIENTES		UNIDADES	USUÁRIOS
	RECEPÇÃO		1	8
	PSICOLOGO		1	4
	NUTRICIONISTA		1	4
	PEDIATRIA		1	4
	AMBULATÓRIO		1	4
	SALA DE REUNIÃO		1	10
	SALA INDIVIDUAL		2	6
	SANIT.PNE		1	1
	SANIT.MAS		1	3
	SANIT.FEM		1	3
	DML		1	1
	BRINQUEDOTECA		1	10
TOTAL				58
SETOR HIGIÊNICO	AMBIENTES		UNIDADES	USUÁRIOS
	VESTIÁRIO/SANITÁRIO		4	2
	HIGIENIZAÇÃO/ESTERILIZAÇÃO		2	4
	LACTÁRIO/ESTOQUE ROUPAS		2	4
	LAVANDEIRIA		2	2
	ROUPA SUJA		2	2
TOTAL				28
SETOR ALIMENTÍCIO	AMBIENTES		UNIDADE	USUÁRIOS
	SANIT.PNE		2	1
	SANIT.MAS		2	3
	SANIT.FEM		2	3
	REFEITÓRIO		1	242
	COZINHA	DOCA - CARG. E DESCA	1	-
		PRÉ-PEPARO	1	1
		CÂMARA FRIA	3	1
		COCÇÃO	1	5
		LAVAGEM	1	4
		PREPARO	1	5
		DESPENSA	1	1
		DESPENSA FRIA	1	1
		NUTRICIONISTA	1	3
		ADMINISTRAÇÃO	1	3
		DESCANSO FUNC.	1	15
		SANIT/VEST.MAS.FUNC	1	3
		SANIT/VEST.MAS.FEM	1	3
TOTAL				294
SETOR RECRATIVO	AMBIENTES		UNIDADES	USUÁRIOS
	QUADRA		1	-
	PSICINA		1	-
	PLAYGROUD		1	-
	PÁTIO		1	-
	POMAR		1	-
	VESTIÁRIO MAS.		2	-
	VESTIÁRIO FEM.		2	-
TOTAL				
SETOR TÉCNICO	GERADOR		-	-
	RESERVATÓRIO		-	-
	TERMINAIS		-	-
TOTAL				620

Proposta teórica

DIRETRIZES PROJETUAIS

DIMENSÃO SOCIAL E VITALIDADE URBANA

- Priorizar segurança e mobilidade, posicionando acessos em vias de menor impacto viário e afastando os fluxos principais das áreas de maior movimento de veículos.
- Separar fluxos operacionais e pedagógicos, estabelecendo acesso de serviços pela Rua C-66 e acesso principal dos alunos pela Rua R A-16.
- Aproveitar a infraestrutura urbana existente, considerando transporte público, conexões viárias e articulação com bairros vizinhos.

ASPECTOS FORMAIS

- Desenvolver o projeto a partir dos princípios da arquitetura modular, utilizando módulos arquitetônicos adaptáveis e replicáveis, capazes de serem implantados em diferentes terrenos, por meio de sistemas construtivos simples e convencionais, promovendo maior flexibilidade projetual, otimização construtiva, redução de custos e possibilidade de ampliação futura conforme as demandas educacionais e urbanas.

INTEGRAÇÃO ENTRE NATUREZA E ESPAÇO COLETIVO

- Valorizar áreas recreativas e espaços de convivência, compreendendo o brincar como ferramenta essencial para o desenvolvimento infantil.
- Fortalecer a integração entre áreas internas e externas, utilizando espaços livres, pátios e áreas verdes como extensão do ambiente pedagógico.

ACESSIBILIDADE

- Promover acessibilidade universal, garantindo deslocamento seguro e confortável para todos os usuários.

ASPECTOS ARQUITETÔNICOS

- Setorizar os ambientes de maneira funcional, promovendo organização espacial eficiente e reduzindo conflitos entre fluxos de alunos, funcionários e serviços.
- Criar ambientes que estimulem o desenvolvimento infantil por faixa etária, organizando os setores pedagógicos conforme necessidades específicas de cada grupo.
- Garantir integração entre setores pedagógico, administrativo, alimentício e de saúde, promovendo eficiência operacional e suporte adequado às atividades educacionais.
- Desenvolver ambientes humanizados e acolhedores, adequados às necessidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais das crianças.

APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS

- Respeitar as condicionantes naturais do terreno, utilizando a topografia de aproximadamente 4,5% como elemento orientador da implantação arquitetônica.
- Promover sustentabilidade e qualidade ambiental, buscando conforto térmico, iluminação natural, ventilação adequada e maior integração com a natureza.

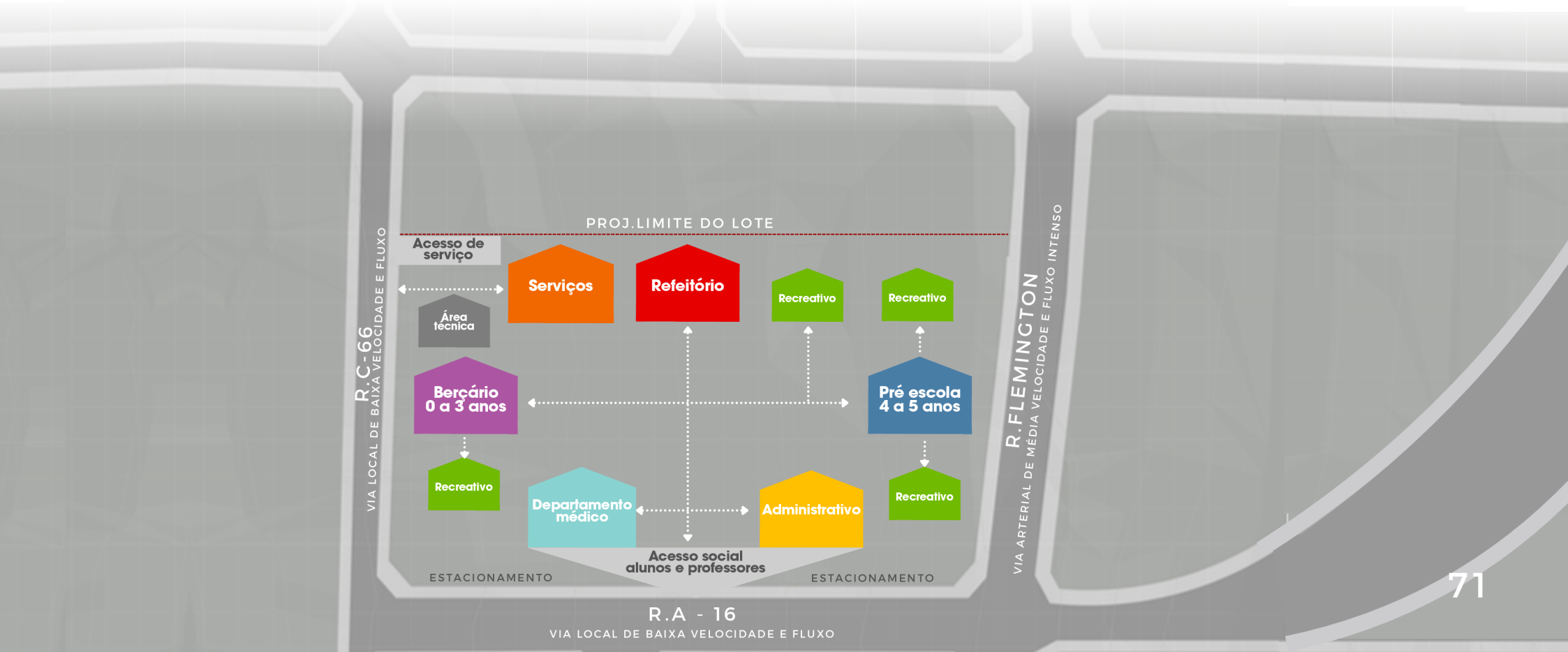
ASPECTOS EDUCACIONAIS

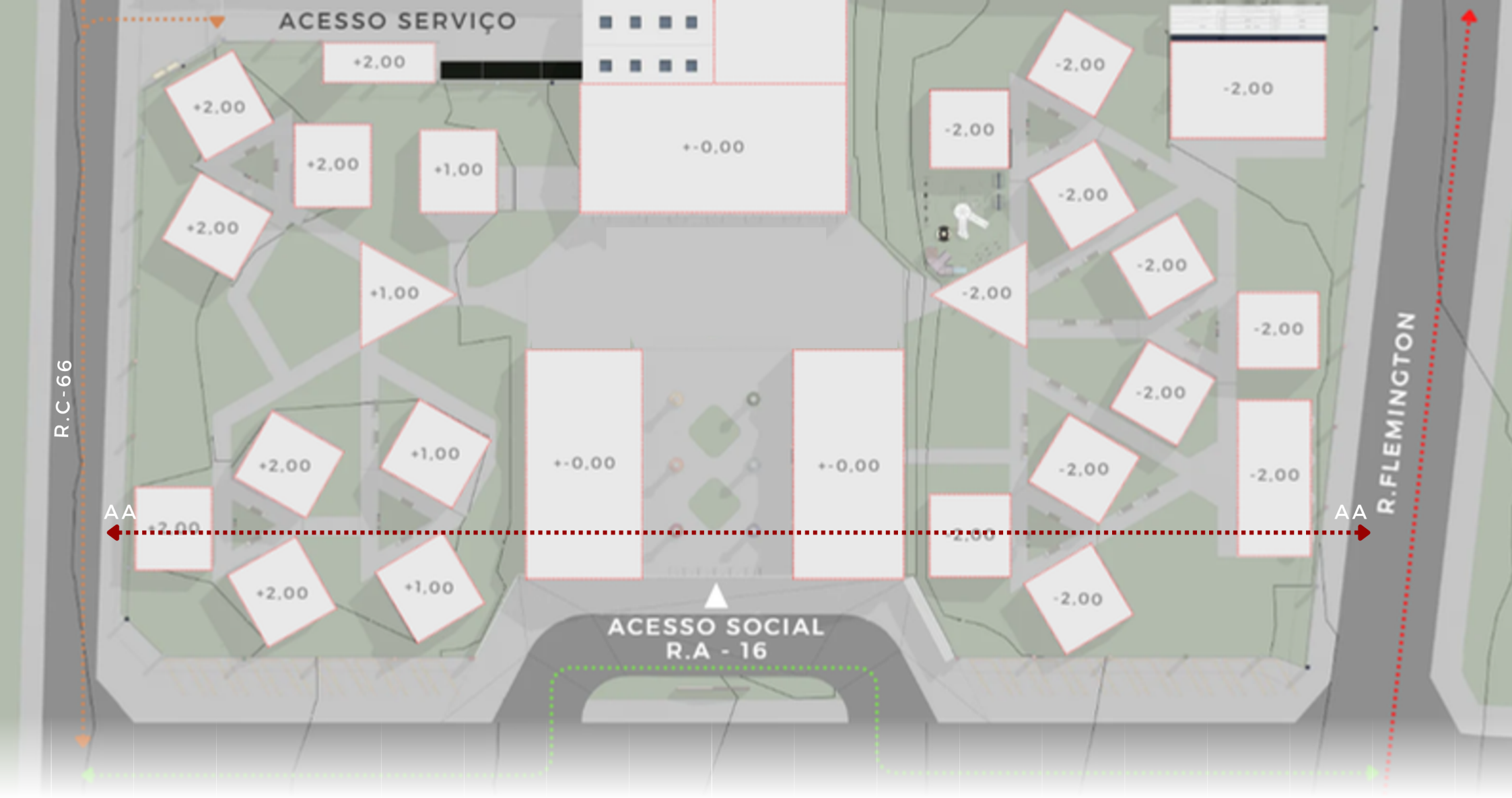
- Combater o déficit de equipamentos urbanos voltados à primeira infância, ampliando o acesso à educação infantil e fortalecendo políticas públicas educacionais.
- Utilizar a arquitetura como ferramenta de desenvolvimento social e educacional, promovendo espaços capazes de estimular aprendizagem, autonomia, convivência e formação cidadã.
- Valorizar a relação entre arquitetura e educação, criando espaços que contribuam diretamente para práticas pedagógicas mais dinâmicas e inclusivas.
- Fortalecer a criação de um polo educacional local, considerando a proximidade com equipamentos educacionais já existentes.

ACESSO E SETORIZAÇÃO - FISOFLUXOGRAMA

O acesso principal dos alunos e responsáveis foi definido pela Rua R A-16, local que oferece maior segurança e melhor condição de embarque e desembarque. Ao ingressar na instituição, os usuários são direcionados ao pátio coberto, concebido como espaço de acolhimento, convivência e distribuição dos fluxos internos. A partir desse ponto central de circulação, localiza-se, à direita, o setor administrativo, responsável pela gestão e suporte institucional, e, à esquerda, o departamento médico, destinado aos atendimentos básicos de saúde, primeiros socorros e assistência às crianças.
Na porção central do lote foi implantado o refeitório, posicionamento estratégico que permite fácil acesso aos diferentes setores da creche e otimiza a dinâmica operacional relacionada à alimentação infantil. Sua localização favorece a integração entre os ambientes pedagógicos e reduz deslocamentos internos, contribuindo para maior funcionalidade do conjunto arquitetônico.

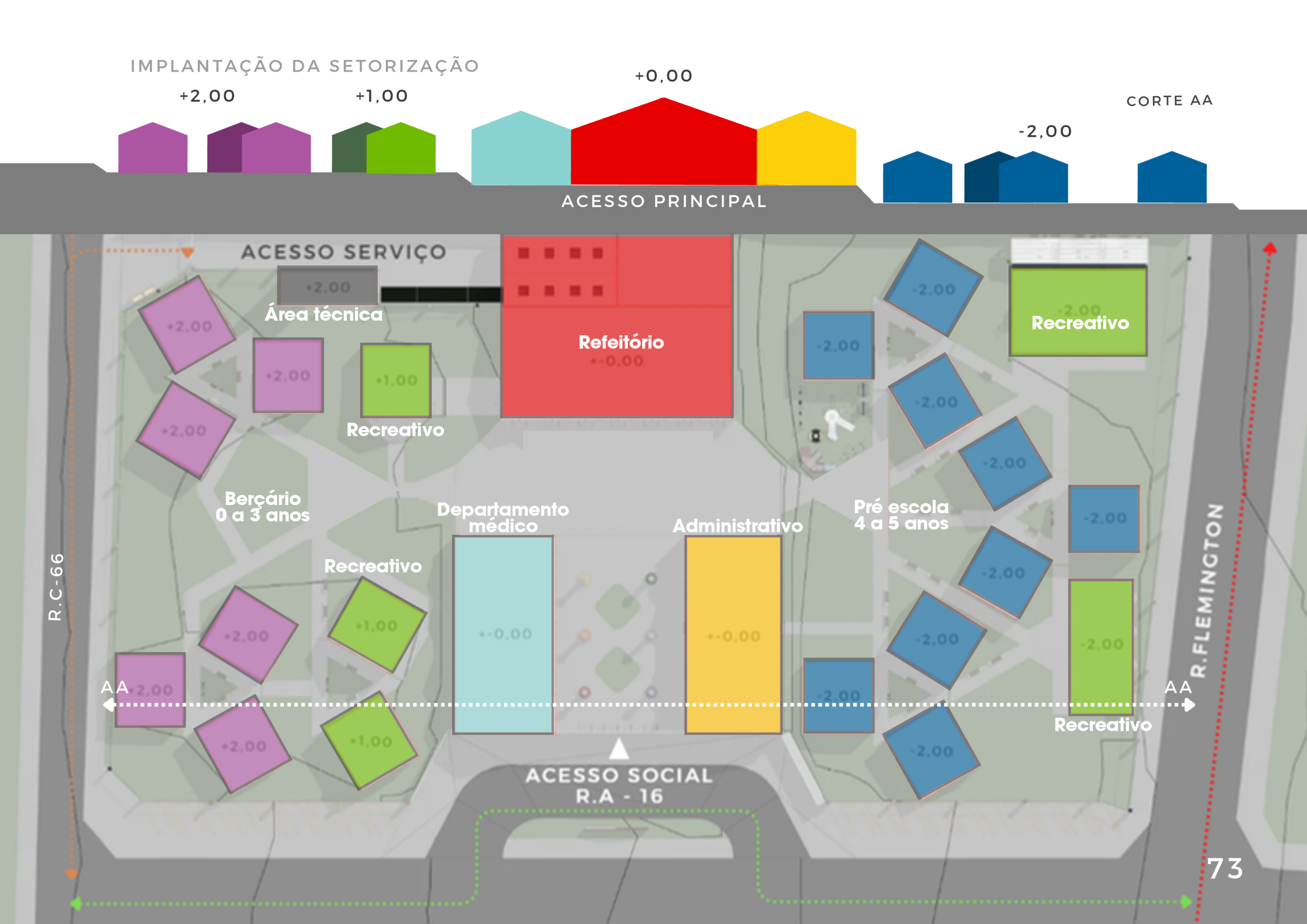
A distribuição dos setores pedagógicos também foi definida a partir da topografia natural do terreno e das necessidades específicas de cada faixa etária. Na porção mais alta do lote, foram posicionados os berçários, destinados ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, priorizando maior controle, conforto e ambientes mais reservados, adequados às necessidades de cuidado e desenvolvimento dessa faixa etária. Já na porção mais baixa do terreno, localiza-se a área da pré-escola, destinada às crianças de 4 a 5 anos, permitindo espaços com maior dinamismo, autonomia e integração com áreas externas voltadas às atividades recreativas e pedagógicas.





ASSENTAMENTO TOPOGRÁFICO

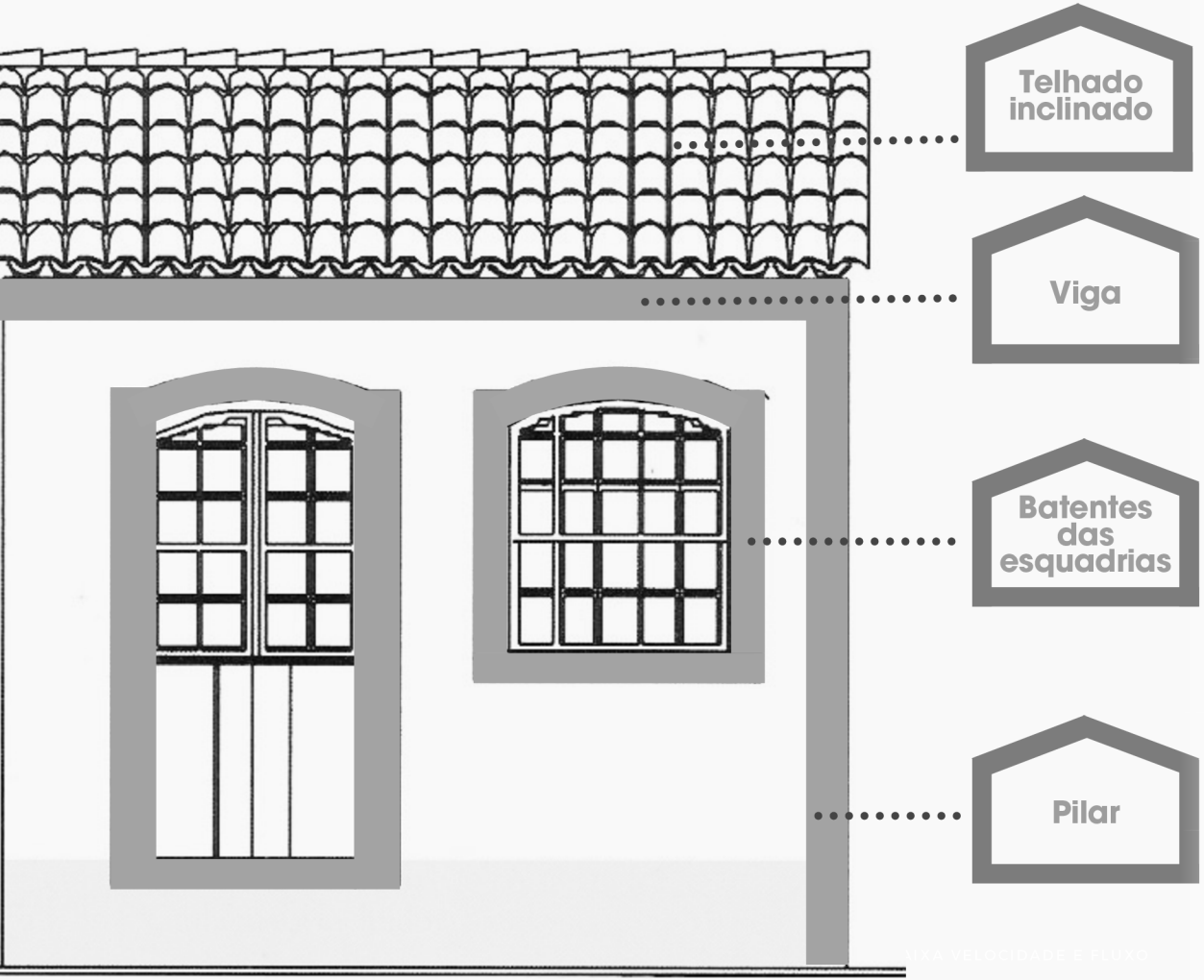



IMPLANTAÇÃO DA SETORIZAÇÃO
+2,00
+1,00
+0,00
CORTE AA
-2,00
ACESSO PRINCIPAL
ACESSO SERVIÇO
+2,00
Área técnica
Refeitório
+-0,00
+2,00
+2,00
+1,00
Recreativo
+2,00
-2,00
-2,00
Recreativo
-2,00
-2,00
-2,00
Berçário
0 a 3 anos
Departamento
médico
Administrativo
Pré escola
4 a 5 anos
-2,00
Recreativo
+2,00
+1,00
+-0,00
+-0,00
-2,00
-2,00
-2,00
R.C-66
AA
+2,00
+2,00
+1,00
-2,00
-2,00
AA
Recreativo
R.FLEMINGTON
ACESSO SOCIAL
R.A - 16

Proposta volumétrica

O MÓDULO

A proposta volumétrica do módulo pedagógico surgiu a partir da relação entre arquitetura, memória afetiva infantil e identidade cultural local, buscando desenvolver uma linguagem arquitetônica capaz de fortalecer a experiência espacial das crianças e contribuir para o processo educativo. A concepção formal teve origem em um desenho de observação realizado na cidade de Pirenópolis (GO), onde a análise da paisagem urbana e da arquitetura colonial permitiu identificar características marcantes, como a valorização dos elementos construtivos aparentes, o uso das cores nas esquadrias e a expressão visual da estrutura como parte da composição arquitetônica.





A partir dessa percepção, surgiu a proposta de evidenciar os elementos estruturais e as esquadrias da edificação, utilizando cores como estratégia de identidade visual e estímulo sensorial, incorporando uma paleta cromática associada ao universo infantil. As cores passam, assim, a atuar não apenas como recurso estético, mas também como ferramenta de orientação espacial, acolhimento e construção da percepção visual da criança dentro do ambiente educacional.

A definição formal do módulo também parte da compreensão sobre a forma como a criança percebe e interpreta o espaço construído. O conceito volumétrico adota o formato de "casinha", inspirado na capacidade infantil de reconhecer, memorizar e associar formas geométricas simples aos elementos do cotidiano. A cobertura inclinada e a geometria elementar buscam criar uma linguagem visual familiar, afetiva e facilmente identificável pelo público infantil, fortalecendo o vínculo entre criança e ambiente.

Dessa maneira, o módulo arquitetônico torna-se não apenas uma solução funcional e replicável para composição dos blocos pedagógicos, mas também um elemento capaz de unir referência cultural, identidade local, arquitetura modular e percepção infantil, transformando a edificação em um espaço educativo que dialoga diretamente com a memória, o pertencimento e o desenvolvimento da criança.

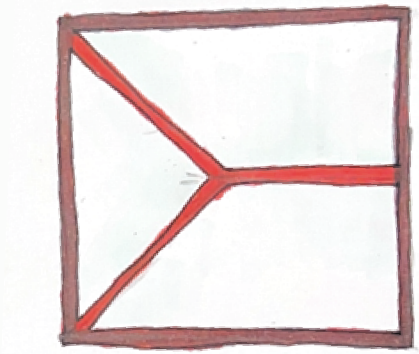


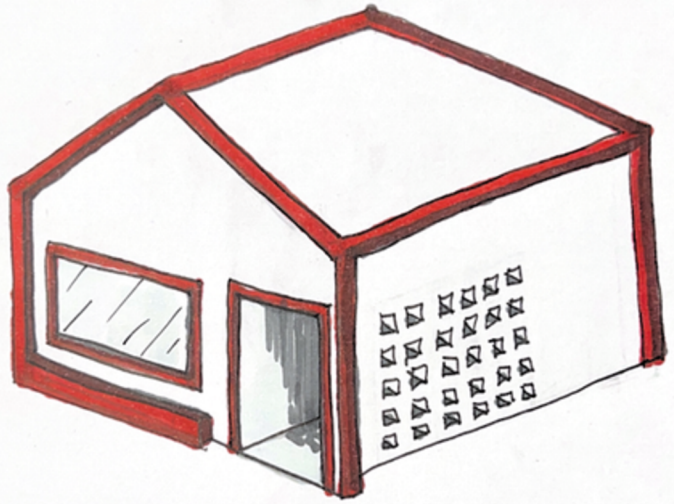
PALETA DE CORES



CROQUI DO MÓDULO

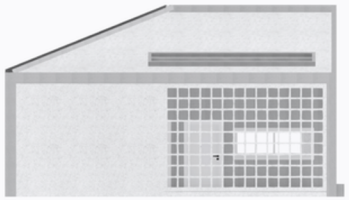








FACHADA FRONTAL



FACHADA LATERAL

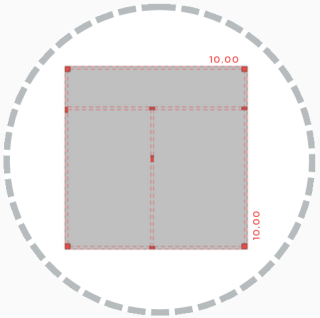


FACHADA LATERAL



FACHADA POSTERIOR

ESTRUTURA



PLANTA DE PILARES

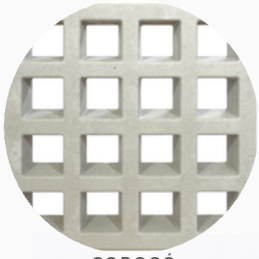


ESTRUTURA PILAR LIGA



FECHAMETO EM ALVENARIA

MATERIALIDADE



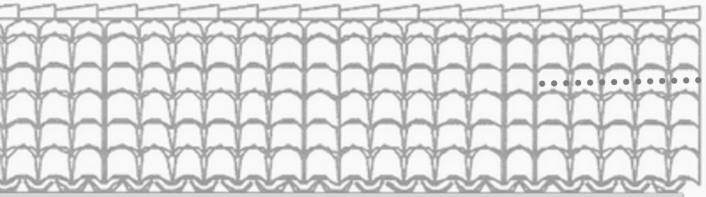
COBOGÓ



REBOCO BAIANO



ALVENARIA

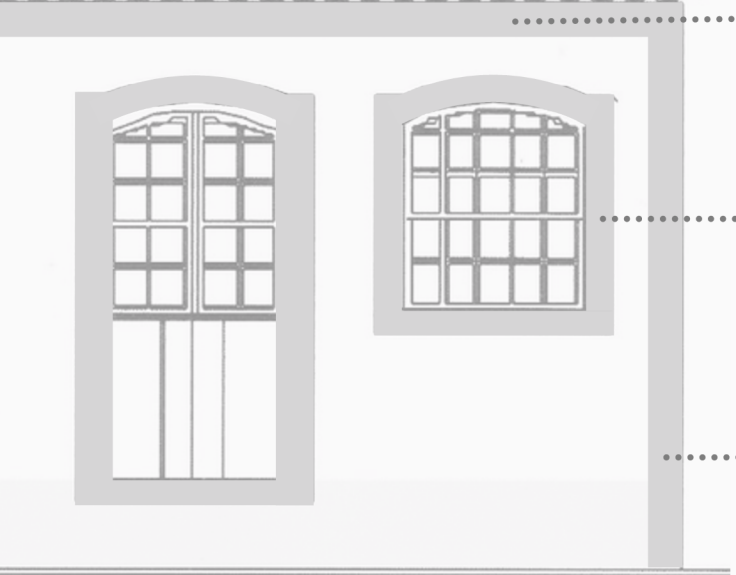


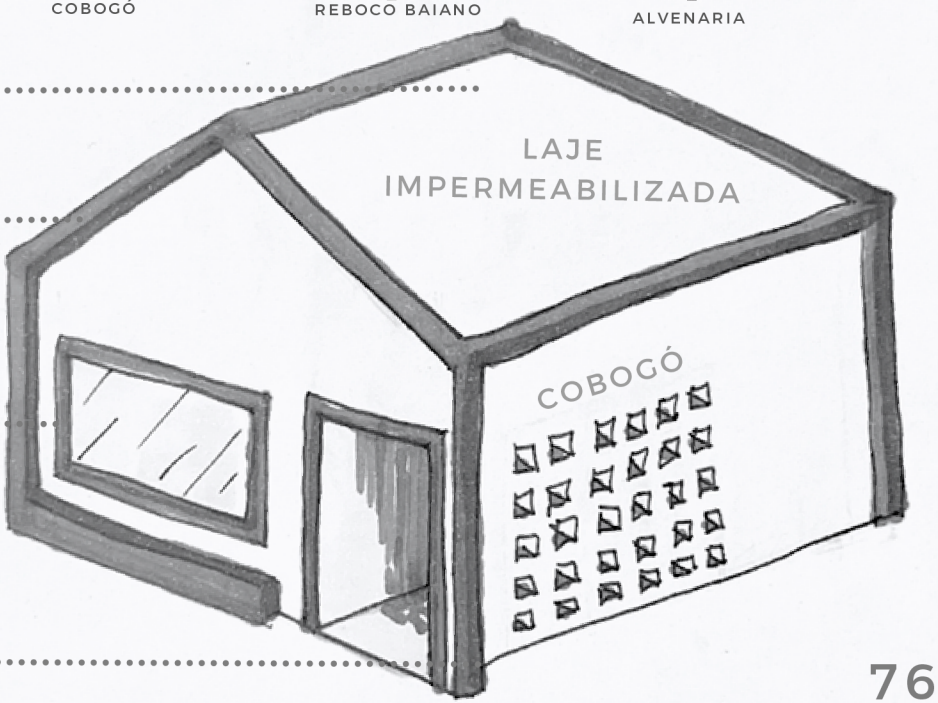
Telhado inclinado

Viga

Batentes das esquadrias

Pilar





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE (2014–2024). Brasília: MEC, 2014.
BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC/FNDE, 2006.
BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. Brasília: MEC, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, 2006.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
HECKMAN, James J. Giving Kids a Fair Chance. Cambridge: MIT Press, 2013.
LIMA, Mayumi Watanabe Souza. A cidade e a criança. São Paulo: Nobel, 1989.
MONTESSORI, Maria. A criança. Campinas: Kírion, 2017.
PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2015.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Goiânia – Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Educação Infantil – Rede Municipal de Goiânia. Goiânia: SME, 2024.
GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Primeira infância é o ponto de partida para melhoria da educação na capital. Goiânia: SME, 2020.
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Primeira infância para cada criança. Brasília: UNICEF, 2019.
ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.
ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001.
ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220: Desempenho térmico de edificações. Rio de Janeiro, 2005.
ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: Edificações habitacionais – Desempenho. Rio de Janeiro, 2021.

